

JÚLIA FITARONI MOREIRA DIAS

**EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO
INTELECTUAL DA CLASSE TRABALHADORA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO
CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA (VIÇOSA-MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Cezar Luiz de Mari

Coorientador: Igor Thiago Moreira Oliveira

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

D541e
2020
Dias, Júlia Fitaroni Moreira, 1993-
Expressões da desigualdade : perspectivas de formação
intelectual da classe trabalhadora a partir da experiência do
Cursinho Popular Nova Viçosa (Viçosa-MG) / Júlia Fitaroni
Moreira Dias. – Viçosa, MG, 2020.
99 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Cezar Luiz de Mari.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 92-97.

1. Ensino superior. 2. Universidades e faculdades -
Ingresso. 3. Força de trabalho - Efeito da educação. 4. Política
pública. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 378.1664

JÚLIA FITARONI MOREIRA DIAS

**EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO
INTELECTUAL DA CLASSE TRABALHADORA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO
CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA (VIÇOSA-MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de agosto de 2020

Assentimento:



Júlia Fitaroni Moreira Dias
Autora



Cezar Luiz de Mari
Orientador

*Saberemos viver uma vida melhor que esta,
quando mesmo chorando é tão bom estarmos
juntos?*

*Sofrer não é em língua nenhuma. Sofri e sofro
em Minas Gerais e na beira do oceano. Ser
brasileira me determina de modo emocionante
e isto, que posso chamar de destino, sem pecar,
descansa meu bem-querer.*

*Para o desejo do meu coração, o mar é uma
gota.*

(Adélia Prado - Desenredo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobremaneira, ao povo brasileiro por financiar meus estudos ao longo desses anos em uma instituição pública, gratuita e de qualidade!

A todas/os a/os educandas/os que convivi ao longo de minha formação por todos os questionamentos e aprendizados.

À Marina, raio de sol que ilumina meus dias desde que cheguei em Viçosa.

Agradeço ao meu orientador Cezar Luiz de Mari por toda paciência, pelas contribuições tão enriquecedoras, por ser os pés no chão que, por vezes, me faltou e por confiar em meu trabalho. Sinto-me sortuda por ter sido orientada por alguém com quem compartilho duas grandes paixões: Gramsci e galão da massa!

Ao Departamento de Educação, em especial PPGE-UFV, pelo espaço de trocas de conhecimento. Aos colegas da turma de mestrado 2018, pelas inquietudes e múltiplas percepções compartilhados ao longo desses dois anos. Em especial, agradeço à Cecília, Paulo Vitor e Paty, companheiros incríveis de jornada que sempre me salvaram nos momentos de ansiedade.

À mãe Marisa, mulher forte e admirável, por me receber tão bem e compartilhar seu saber comigo. Meu coração se enche de afeto e gratidão pela oportunidade de relatar uma experiência incrível como o CPNV. À Maria Molambo da Calunga que me deu a lição mais nobre sobre liberdade: “liberdade é não se submeter.” Aos educadores e, principalmente, educandos por compartilharem comigo suas perspectivas e vivências. Toda minha admiração!!

Ao Felipe (amigo fê) pela companhia de sempre, pelas longas conversas sobre o projeto de nação que acreditamos e por ser inspiração na luta em defesa da educação pública!

Às irmãs de oração Riva, Dani, Nath, Rodrigo e Luis Flávio por tornarem o processo mais ameno e divertido. Mais que isso, pela força e estímulo que não me deixaram desanimar em momento algum.

Aos parceiros de “CEPE BOLADÃO” – Rafa, Michelzito, Riva (de novo) e Mateus. Muita correria, muito trabalho e responsabilidades. Vocês são incríveis, aprendi muito com nossas discussões.

A todos os servidores públicos pelo trabalho sério e comprometido que faz com que nossa amada UFV seja referência mundo à fora. Meu agradecimento especial aos técnicos administrativos da PRE por tanto aprendizado (e paciência!).

Às amigas e amigos que sempre fizeram de Viçosa um lar. À minha eterna Tradicional Família: Sarinha, Gabis, Fernandin, Sama, Telma, Florex, Fritz e Carlota. À Sabrina e Fabrícia, com quem compartilhei cervejas, aflições e risadas na (nossa) casinha “entre o snooker e o bar leão”.

À Polyanna, minha irmã de alma. Longe dos olhos, perto do coração.

Agradeço ao Guilherme, companheiro incansável nessa reta final, por todo apoio, estímulo e amor!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio e financiamento para realização dessa pesquisa.

Aos de longe que sonharam comigo, obrigada.

Nas incertezas da vida, a potência do afeto!

RESUMO

DIAS, Júlia Fitaroni Moreira, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2020. **Expressões da desigualdade: perspectivas de formação intelectual da classe trabalhadora a partir da experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa (Viçosa-MG).** Orientador: Cezar Luiz de Mari. Coorientador: Igor Thiago Moreira Oliveira.

O primeiro decênio dos anos 2000, no Brasil, foi marcado por mudanças no setor produtivo, com a geração de empregos formais e novas formas de organização do trabalho. Ao mesmo tempo, foram promovidas políticas públicas de expansão e democratização do ensino superior público. A partir de 2016, no entanto, o cenário foi alterado por meio de um golpe institucional que expressou os limites da conciliação de classes e fortaleceu o projeto neoliberal numa versão radicalizada de Estado mínimo. Neste contexto, esta dissertação objetivou compreender as perspectivas e os desafios lançados à classe trabalhadora quanto à sua formação intelectual a partir da experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa, projeto fomentado, entre os anos de 2018 e 2019, pelo terreiro de candomblé *Ylê Axé Omo Ayê ati Omim*. Situado no bairro Nova Viçosa, periferia de Viçosa-MG, esta iniciativa contou com o apoio do poder público municipal e expressiva presença de trabalhadores nas aulas ao longo do ano de 2018. A metodologia utilizada foi a qualitativa com abordagem crítico-interpretativa mediada pelas análises de documentos e pelas técnicas da triangulação entre as literaturas levantadas, entrevistas semiestruturadas com coordenadores do cursinho, apoiadores externos, educadores e educandos do projeto; e os documentos institucionais. A análise sócio-política da empiria foi norteadada pelos conceitos desenvolvidos por Gramsci (2001), a saber: hegemonia, ideologia e intelectuais, dentre outros. Foi possível verificar que, em relação aos trabalhadores e sua formação intelectual, mesmo com a presença da Universidade Federal de Viçosa na cidade desde a década de 1970, foi a partir da criação das políticas públicas de acesso ao ensino superior, especialmente o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a Lei de Cotas, que esses sujeitos sentiram-se estimulados a ingressar em instituições de ensino superior, dando continuidade a seus estudos. A decisão de frequentar o projeto enquanto alternativa de formação foi justificada pela possibilidade de melhoria profissional por meio da obtenção de diploma de curso superior, ou por meio de concursos públicos. Ao mesmo tempo, o trabalho figurou como fator limitante à medida que atrasos e ausências eram justificadas pela inflexibilidade de seus empregos. Para além das questões que circundam o mundo do trabalho, foi possível constatar que o projeto atuou enquanto processo organizativo pois foi também um espaço de convivência da

comunidade com foco na educação. No entanto, a intolerância religiosa foi apontada como forte fator para o baixo número de matrículas no ano de 2019, o que evidencia a forma como a ideologia hegemônica, alicerçada no movimento neopentecostal e antidemocrático, tem se expressado nas relações sociais.

Palavras-chave: Ensino Superior. Mundo do Trabalho. Políticas Públicas.

ABSTRACT

DIAS, Júlia Fitaroni Moreira, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, August, 2020. **Expressions of inequality: perspectives for intellectual training of the working class from the experience of the Cursinho Popular Nova Viçosa (Viçosa-MG).** Advisor: Cezar Luiz de Mari. Co-advisor: Igor Thiago Moreira Oliveira.

The first decade of the 2000s in Brazil was marked by changes in the productive sector, with the generation of formal jobs and new forms of work organization. At the same time, public policies for the expansion and democratization of public higher education were promoted. As of 2016, however, the scenario was changed through an institutional coup that expressed the limits of class conciliation and strengthened the neoliberal project in a radicalized version of the minimal state. In this context, this dissertation aimed to understand the perspectives and challenges thrown to the working class regarding their intellectual formation from the experience of the Cursinho Popular Nova Viçosa, a project promoted, between the years of 2018 and 2019, by the *candomblé terreiro* Ylê Axé Omo Ayê ati Omim. Located in the Nova Viçosa neighborhood, on the outskirts of Viçosa-MG, this initiative was supported by the municipal government and an expressive presence of workers in classes throughout 2018. The methodology used was qualitative with a critical-interpretative approach mediated by document analysis and by the triangulation techniques between the literatures surveyed, semi-structured interviews with course coordinators, external supporters, educators and students of the project and with institutional documents. The socio-political analysis of empirics was guided by the concepts developed by Gramsci (2001), namely: hegemony, ideology and intellectuals, among others. It was possible to verify that, in relation to workers and their intellectual training, even with the presence of the Federal University of Viçosa in the city since the 1970s, it was from the creation of public access policies, especially *ENEM* and the quota laws, that these subjects felt encouraged to enter higher education institutions, continuing their studies. The decision to attend the project as a training alternative was justified by the possibility of professional improvement through obtaining a higher education degree, or through public exams. At the same time, working was a limiting factor, as delays and absences were justified by the inflexibility of their jobs. In addition to the issues surrounding the world of work, it was possible to verify that the project acted as an organizational process because it was also a space for the community to coexist with a focus on education. Despite this, religious intolerance was

identified as a strong factor for the low number of enrollments in 2019, which shows how the neoliberal ideology, together with the neo-Pentecostal and anti-democratic movement, has been expressed in social relations today.

Keywords: Higher Education. World of Work. Public Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM – Banco Mundial

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CPDCE – Cursinho Popular do DCE

CPNV – Cursinho Popular Nova Viçosa

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo Nacional de Financiamento Estudantil

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PNE – Plano Nacional de Educação

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PL – Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UREMG – Universidade Rural de Minas Gerais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição de matrículas no Ensino Superior no Brasil (2003)	32
Tabela 2. Relação Universidades Federais e novos <i>campi</i> em municípios (2002-2014)	37
Tabela 3. Taxa de habitantes alfabetizados com idade igual ou maior a 15 anos por bairro de Viçosa-MG	54
Tabela 4. Indicadores de renda por bairro de Viçosa-MG	55
Tabela 5. Taxa de desemprego por bairro de Viçosa-MG	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução no número de vagas ofertadas em instituições federais de ensino superior após a instituição do REUNI.....	36
Gráfico 2. Expansão do acesso ao ensino superior em Universidades Federais (2000-2015).....	36
Gráfico 3. Total de vagas oferecidas, reservadas e distribuídas por critérios das cotas (2012-2017)	41
Gráfico 4. Variação de dotação orçamentária IFES <i>versus</i> IPCA (2000-2016).....	44
Gráfico 5. Comparação entre o orçamento previsto e o montante empenhado nas Universidades Federais (2008-2016).....	45
Gráfico 6. Composição dos moradores do bairro Nova Viçosa a partir de suas profissões.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Sistema de distribuição de vagas nos termos da Lei 12.711/12	39
Figura 2. Sistema de distribuição de vagas nos termos da Lei 13.409/17	40
Figura 3. Bairro Nova Viçosa (1978)	49
Figura 4. Localização do bairro Nova Viçosa em relação ao centro e à UFV	50
Figura 5. Bairro Nova Viçosa (2016)	52
Figura 6. Praça "Antônio Chequer", área central do bairro Nova Viçosa	53
Figura 7. Ruas em áreas mais distantes da área central do bairro Nova Viçosa	53
Figura 8. Localização do <i>Ylê Axé Omo Ayê ati Omin</i> e da Escola Municipal Padre Francisco José da Silva (Bairro Nova Viçosa, Viçosa-MG)	59
Figura 9. Entrada da Escola Municipal Padre Francisco José da Silva	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Leis, decretos e programas do governo Lula da Silva na primeira década dos anos 2000	43
---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	25
DA IDEALIZAÇÃO À DEMOCRATIZAÇÃO: O PROJETO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR	25
1.1. A criação da Universidade no Brasil: a idealização do projeto liberal de formação superior	25
1.2. Da Ditadura Civil-Militar à redemocratização: a consolidação e os desafios do ensino superior público	28
1.2.1. A Reforma Universitária da década de 1960	28
1.2.2. A redemocratização e o receituário neoliberal: a educação como mercadoria	31
1.3. Expansão e acesso: os avanços dos governos Luiz Inácio <i>Lula</i> da Silva (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016).....	33
1.3.1. O papel das políticas públicas na superação de desafios históricos	33
CAPÍTULO 2	46
A EXPERIÊNCIA DO CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA (VIÇOSA-MG)	46
2.1. Uma <i>nova</i> Viçosa para a Universidade: expansão social e marginalização frente à federalização.....	46
2.2. Contextualização do espaço: breve diagnóstico do bairro Nova Viçosa na última década (2010-2019).....	51
2.3. O papel dos cursinhos populares na luta por acesso ao ensino superior	56
2.4. A experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa: vivência, diálogos e perspectivas	60
CAPÍTULO 3	66
EDUCAÇÃO E TRABALHO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS LANÇADOS À FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	66
3.1. Políticas públicas e a construção do trabalho no Brasil	66
3.2. Estado mínimo quando quero, Estado máximo quando preciso: a retomada neoliberal na segunda década do século XXI.....	73
3.2.1. Emenda Constitucional 95	75
3.2.2. Reforma do Ensino Médio	76
3.2.3. A Reforma Trabalhista	77
3.3. Interface entre os limites da democracia e a formação intelectual da classe trabalhadora.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

A formação socioeconômica do Brasil foi baseada nos pressupostos do projeto colonizador da burguesia europeia, ou seja, na escravidão e na dependência econômica, política e cultural em relação às nações metropolitanas. O advento do regime republicano, ao final do século XIX, e a promessa de progresso e modernização, no entanto, não rompeu com a mentalidade colonizadora; ao contrário, encontrou ali terreno fértil para a consolidação de uma sociedade capitalista.

Nesse sentido, a democracia no Brasil foi edificada a partir da “via prussiana”, conforme expõe Coutinho (1979), isto é, como instrumento das classes dominantes para direcionamento social a partir de suas demandas. As políticas públicas, então, assumem papel de materialização de interesses de classe em correlações de forças e projetos em disputa. As características e os efeitos dessa engrenagem política se expressam, por exemplo, nos sentidos do trabalho e na educação.

O trabalho no Brasil tipifica-se, historicamente, pela ampliação das duas dimensões da mais-valia, ou seja, longas jornadas de ritmo intenso com custos de remuneração baixos, o que caracteriza uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 1973, 2013; ANTUNES, 2006). Foi apenas a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945 / 1950-1954), com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a criação do Ministério do Trabalho, que os trabalhadores e suas demandas passaram a ser compreendidos como “caso de Estado” e não mais de polícia (ANTUNES, 2011).

A educação, por seu turno, é caracterizada pela polarização entre o ensino ofertado nas instituições públicas e privadas. Aos trabalhadores e seus filhos, uma educação utilitarista e estruturalmente pouco receptivo, gerando uma relação conflituosa com o ambiente escolar (SPÓSITO e ANDRADE, 1986). No caso do ensino superior, especificamente, os mecanismos de seleção, baseados em meritocracia, visaram sempre selecionar os intelectuais da elite. Às camadas populares, o ensino secundário se incumbiria de profissionalizá-los para o mercado de trabalho (ORSO, 2007; RUMMERT, ALGEBAILLE e VENTURA, 2013).

Com o advento da globalização, os países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil, adequaram suas políticas públicas aos interesses dos países centrais como forma de integração a esse movimento global. A interferência de organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial (BM), são perceptíveis no campo discursivo ao alinhar desenvolvimento econômico com amortização das mazelas sociais; e, no sentido prático, concretizando essas

máximas no plano de ações governamentais, como no caso das reformas no ensino superior e nas transformações do setor trabalhista. (LEHER, 1999; LIMA, 2004; MARI, 2006; ANTUNES, 2009; SANTOS, 2017)

Esse alinhamento aos organismos externos não é novidade, mas ganhou maior espaço, sobretudo em assuntos educacionais, desde a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e foi na década de 1990 que teve seu momento de ápice, em especial nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). Sua cartilha política convergia suas ações à privatização e, no caso educacional, o caráter técnico e reduzido a competências que incidiu sobre o ensino público, caracterizado pela expansão do setor privado e na precarização das universidades públicas, conforme Cunha (2003).

Em relação ao trabalho, o período foi marcado por altas taxas de desemprego, chegando a utilizar apenas 20 % da força de trabalho do país. Miani (2005) pontua que, com a justificativa de amortecer os níveis de desemprego, o governo fez alterações na legislação trabalhista, como a promulgação da Lei nº 9.601/98 que instituiu o contrato temporário de trabalho, demonstrando a qual setor o Estado estava alinhado: o empresariado.

O primeiro decênio dos anos 2000, foi marcado por avanços em pautas sociais com a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores. Em linhas gerais, o projeto político apontou para o desenvolvimento socioeconômico baseado na geração de empregos formais e na ampliação da formação educacional da população.

Economicamente, o cenário internacional foi favorável e o *boom* das *commodities* colaborou com a promoção de investimentos públicos. No setor interno, foram implementadas políticas públicas distributivas (como o Bolsa Família), ampliação de empregos formais e o aumento real do salário mínimo, fatores que contribuiram para aquecer o consumo e o mercado interno.

Além disso, no âmbito do ensino superior, entre as ações empreendidas pelo Estado, ganhou relevância a expansão e reestruturação das Universidades Federais e as políticas focalizadas na democratização do acesso, como é o caso do Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, a remodelagem do Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, a implementação de um Sistema Único de Acesso, SISU, e da lei de cotas.

A partir dos mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016), herdeira política de Lula da Silva, ficou proeminente os limites da conciliação de classes e os perigos do protagonismo dado ao capital. Ainda que do ponto de vista social seu governo tenha dado continuidade a medidas de combate à pobreza, no plano macroeconômico as medidas tomadas se caracterizaram pela

ortodoxia e conservadorismo. Cortes em investimentos públicos, estímulo e ampliação de investimentos privados com contrapartidas desfavoráveis, aumento na taxa de juros básicos, entre outras (BIANCARELLI, 2014). Este cenário resultou na desaceleração do PIB, na expansão do trabalho informal e na corrosão dos acordos políticos que sustentaram a governabilidade.

Na sociedade civil, essa evolução no quadro social resultou em um movimento de tensão entre classes. O distanciamento entre classes, traço herdado do sistema colonial escravocrata (RIBEIRO, 2015), foi desvelado a partir do momento em que a classe média se sentiu ameaçada pela incipiente presença das classes subalternizadas em espaços ocupados, historicamente, por seus pares, como as Universidades e os “empregos de classe média” (POCHMANN, 2016).

Nesse sentido, as tensões sociais tomaram força desde as manifestações policlassistas de 2013 (ANTUNES, 2015), se intensificaram nas eleições de 2014 e se consolidaram durante o processo de *impeachment*, em 2016 e nas eleições de 2018. A polarização política e a intensificação de discursos antidemocráticos diante de uma “disputa hegemônica aberta” (ANTUNES, 2015, p.15) foram propulsores da agenda ultraliberal que vem avançando desde então.

A partir de 2016, um golpe orquestrado pelo parlamento, judiciário e mídia, forjado como *impeachment*, destituiu a presidenta Dilma e escalou ao executivo o vice-presidente Michel Temer (2016-2018). Chegava ao fim, a partir de então, o período conciliatório e houve o aprofundamento do receituário neoliberal. Nos primeiros momentos de seu governo, Temer sancionou projetos que demarcaram a qual setor foram destinados os esforços governamentais. Destacamos nesse estudo: a Emenda Constitucional 95 (EC 95), a Reforma do Ensino Médio (Lei n.13.415/2017) e a Reforma Trabalhista.

A EC 95, sistematizou um novo regime fiscal que propõe um “teto de gastos” durante vinte anos. Amparado por esse dispositivo legal, o Estado passa a calcular os investimentos destinados às áreas essenciais (saúde, educação, segurança) de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). A Reforma do Ensino Médio, prescrita pela lei 13.415/2017, propõe a fragmentação do currículo com adesão ao ensino técnico-profissionalizante e a ampliação da carga horária nos anos finais do ensino básico nas escolas públicas. Por fim, a Reforma Trabalhista, formalizada pela Lei n.13.467/2017, flexibilizou as relações trabalhistas entre empregador e empregado, fomentou a terceirização e esvaziou o sentido político do trabalho com o enfraquecimento dos sindicatos.

Esse cenário se recrudesceu com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (sem partido), em 2018, que consolidou uma versão ultraliberal no trato das ações governamentais. Uma de suas

primeiras ações, em janeiro de 2019, foi a extinção do Ministério do Trabalho e o corte de verbas às Universidades públicas. No mesmo passo, o governo endossou discursos de valorização do setor privado e tem afinadas suas relações com bancos. No campo político, o exercício pleno da cidadania esbarrou com um cenário de conflitos ideológicos sustentados e propalados pela extrema-direita e movimento neopentecostal que vem tomando também espaços legislativos.

Diante do exposto, a formulação de alguns questionamentos se faz oportuna: em que medida o contexto sócio-político e econômico, no limite temporal de 2003 a 2018, influenciou na perspectiva de formação dos trabalhadores? Qual é o papel das políticas públicas de acesso e democratização do ensino superior nesse contexto? Qual tipo de consenso é estabelecido em relação à formação superior? Quais são os desafios lançados pelo contexto atual à formação da classe trabalhadora?

Frente a essas problematizações, nos primeiros momentos do projeto de pesquisa, nos deparamos com uma iniciativa que nos chamou atenção por suas características: se tratava de um cursinho popular autônomo, idealizado e coordenado por integrantes de um terreiro de candomblé, situado em um bairro periférico criado por conta da federalização da Universidade, composto, majoritariamente, por trabalhadores de menor renda e marcado, até os dias atuais, pela marginalização de seus moradores.

Diante de tais circunstâncias, ao considerarmos a potencialidade explicativa da iniciativa, nos ancoramos na experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa (CPNV), no bairro Nova Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais. Esse projeto foi organizado e coordenado por Marisa Paz (Mãe Marisa) e estudantes da Universidade Federal de Viçosa que também integram o terreiro *Ylê Axé Omo Ayê ati Omim*. Iniciadas em 2018, as aulas contaram com expressiva presença de trabalhadores. Cabe mencionar que o bairro Nova Viçosa é marcado pelo estigma de marginalização de seus habitantes e pela segregação espacial que sempre gerou dependência em relação ao centro para acesso aos serviços básicos, como a escolarização em nível médio. Assim, outras inquietações surgiram: o que levou esses trabalhadores a retomar os estudos? Em que medida o trabalho interfere na experiência formativa desses trabalhadores? Quais são as suas dificuldades? Há um movimento de *práxis* no processo formativo e de socialização?

Portanto, o objetivo geral da investigação é compreender as perspectivas, os fatores de estímulo e os limites em relação à formação intelectual da classe trabalhadora. Dessa forma, dada a pertinência sócio-política, direcionamos a escala empírica de análise ao Cursinho Popular Nova Viçosa, no bairro Nova Viçosa. De maneira específica, os objetivos que buscamos atingir foram: i) descrever a formação socioeconômica e política do Brasil a partir de

um resgate histórico dos sentidos idealizados ao ensino superior e ao trabalho; ii) analisar os documentos que sistematizam políticas públicas para o ensino superior público e a legislação trabalhista, com recorte temporal das duas primeiras décadas dos anos 2000, para identificar consensos acerca dessas duas dimensões; iii) desvelar o campo de interlocução entre os consensos estabelecidos, via políticas públicas e discursos oficiais, e seus efeitos no comportamento social; iv) discorrer sobre os efeitos do atual cenário de crise econômica e política no processo formativo da classe trabalhadora.

Para a análise sócio-política, partimos da prospecção materialista histórica e dialética como método pertinente a esta pesquisa por reconhecer as relações desiguais de poder estabelecidas na sociedade de classes e seus efeitos nas dinâmicas sociais. De tal forma,

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. Como auxílio na tarefa de compreender o fenômeno educativo, diz respeito à necessidade lógica de descobrir, nos fenômenos, a categoria mais simples (o empírico) para chegar à categoria síntese de múltiplas determinações (concreto pensado) (PIRES, 1997, p. 87-88).

Para alcançar os objetivos pretendidos foram adotados os procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa, sob o viés qualitativo-interpretativo, uma vez que se ergue na necessidade de extrapolar os limites dos dados quantitativos que não dão conta de captar os aspectos subjetivos intrínsecos às relações humanas e sociais (DEVICHE e TREVISAN, 2010). De acordo com Bogdan e Biklen (1994), dentre as características desse tipo de pesquisa estão: o interesse pelos significados atribuídos pelos participantes aos fatos do cotidiano, a formulação de abstrações a partir de dados particulares e o foco voltado ao processo de construção e não ao produto final da pesquisa. À vista deste direcionamento, os recursos aplicados foram: levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas.

O ponto de partida foi o levantamento bibliográfico que, conforme Oliveira (2007), é o momento de aproximação do pesquisador com as produções científicas já existentes. A leitura de referências, nacionais e internacionais possibilita contrapor debates já avançados e lançar novas reflexões e apontamentos. Destarte, foram mapeados, em um esforço contínuo durante a construção dessa dissertação, trabalhos como artigos, monografias, dissertações e teses presentes nos bancos de dados da Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de periódicos presentes na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no banco de trabalhos produzidos na Universidade Federal de Viçosa.

Em seguida, partimos para a análise documental, entendendo os documentos como resultados de práticas e discursos sociais em determinado período histórico, daí a importância de analisar o contexto de produção a fim de perceber os agentes envolvidos e suas particularidades (CELLARD, 2008; ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1998). Os documentos analisados foram: Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (2003); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007; 2008); Leis n. 12.711/2012 e 13.409/2017; Portaria Normativa n. 21/2012 (Sistema de Seleção Unificado – SISU); Consolidação das Leis Trabalhistas (2016, 2019).

As escolhas dos documentos, baseiam-se na relevância destes, enquanto gêneros de governança (FAIRCLHOUT, 2003), para compreender os direcionamentos ideológicos e organizacionais quanto ao ensino superior e trabalho no Brasil, nas duas primeiras décadas dos anos 2000. Cabe ressaltar que, durante as análises, lançamos mão de documentos complementares, como relatórios de setores externos, quando necessário.

Para a análise empírica, houve a utilização de entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados diante da experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa. Este recurso possibilita a interação entre pesquisador e pesquisado, lançando múltiplos olhares ao tema e adequando-se à flexibilidade das relações humanas. A partir de roteiros pré-estabelecidos, as entrevistas possibilitam compreender a perspectiva do entrevistado acerca dos aspectos sociais que o cercam (LUDKE e ANDRE, 1986; BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Utilizamos para cada grupo de entrevistados roteiros flexíveis e que conduzissem ao tema proposto a partir de perguntas que possibilitassem a total liberdade de resposta. A coordenação do projeto nos concedeu os contatos dos matriculados no ano de 2018, bem como dos representantes políticos que contribuíram para o desenvolvimento da iniciativa e dos educadores. Apesar das tentativas de contato, apenas foram entrevistados 10 indivíduos envolvidos no CPNV, sendo eles: educandos (5), educadores (3), agente político (1) e coordenadora (1).¹ Cabe mencionar que parte das entrevistas ocorreram pessoalmente e outras, com educandos, foram pelo *whatsapp*; os entrevistados justificavam que seria mais fácil para eles por conta de suas rotinas.

A análise dos dados é subsidiada pelas categorias desenvolvidas por Gramsci² (2001; 2002), a saber: hegemonia, ideologia, intelectuais, entre outras que se complementam. Este

¹O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFV a partir do Parecer n. 3.382.714, em 11 de junho de 2019.

²Antonio Gramsci (1891-1937), nasceu em Alles, na Ilha da Sardenha, sul da Itália. De origem simples, interessou-se cedo pelos temas políticos e sócio-econômicos, influenciado por escritos de Marx e Lênin. Durante os estudos na Universidade de Turim, militou junto ao operariado das fábricas. Foi um dos fundadores do Partido Comunista

direcionamento teórico se justifica pelos avanços e inovações explicativas feitas pelo filósofo, no campo marxista, quanto as contradições impostas às camadas subalternizadas na sociedade capitalista moderna.

Segundo Gramsci, a hegemonia de uma classe se caracteriza pela conquista da “direção intelectual e moral” da sociedade política e sociedade civil. Essa conquista de poder ocorre por coerção e consenso. A coerção diz respeito às manifestações repressivas e violentas de garantia do poder. O consenso se manifesta no plano cultural com a organização da sociedade baseada nas tendências ideológicas de uma classe, difundida sobre os subalternizados a partir da produção de senso comum.

Se no caso de ditaduras a hegemonia é garantida pela coerção em maior escala; em regimes republicanos a burguesia recorre ao consenso. Nesse sentido, Gramsci (2007) identifica na sociedade civil um conjunto de “aparelhos privados de hegemonia” que compõem o que denominou de Estado ampliado. Estes espaços – escolas, universidades, meios de comunicação, partidos, movimentos sociais e outras variadas manifestações de cultura, seriam responsáveis pelo direcionamento ideológico da sociedade (COUTINHO, 1999).

A ideologia é, portanto, “o significado mais alto de uma concepção de mundo” que conserva e unifica um bloco social (GRAMSCI, 1999, p.98). Para o pensador, existem várias ideologias na dinâmica social que se expressam

1)Na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por ‘folclore’ (GRAMSCI, 1999, p. 93).

Além disso, um dos mecanismos de manutenção da ideologia burguesa é justamente a negação de outras ideologias.

[...] um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, [...] deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia (GRAMSCI, 1999, p. 237).

da Itália (PCI), pelo qual se elegeu deputado. Em 1926, foi preso pelo regime fascista, permaneceu no cárcere até 1937, ano de sua morte. Durante o cárcere, entre os anos de 1929 e 1935, Gramsci escreveu 33 cadernos e 29 apontamentos teóricos.

Na democracia liberal dos Estados burgueses a ideologia se materializa nas escolhas políticas de projetos de sociedade, essas escolhas ideológicas se expressam e se legitimam no plano de ações concretas e nas relações cotidianas dos sujeitos sociais. Dada a importância dos aparelhos privados de hegemonia, como as instituições educacionais, aos intelectuais é atribuído o papel de “porta-vozes dos grupos ligados ao mundo da produção” (MARI, 2011, p.67).

Ora, com o advento da modernidade, a intelectualidade supera a abstração dos filósofos e se alinha ao trabalho industrial. Na esteira entre “técnica-trabalho” e “técnica-ciência”, ainda que a classe dominante e os processos produtivos tentem negar o potencial intelectual dos subalternos, para Gramsci (2001), todos os homens são intelectuais em alguma medida.

Isto posto, as discussões propostas estão estruturadas em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo é feita uma descrição da trajetória de idealização e construção do projeto de ensino superior brasileiro, destacando as mudanças ocasionadas desde o primeiro decênio dos anos 2000, com as políticas de expansão, democratização e acesso às instituições públicas de ensino superior. No fim da seção, propomos um balanço crítico das influências na construção das políticas e os resultados alcançados.

O segundo capítulo aborda a análise empírica a partir de três eixos: i) resgate sócio-histórico de formação do bairro; ii) breve diagnóstico da situação atual de Nova Viçosa; e, por fim, iii) discussão das entrevistas, buscando desvelar os sentidos ideológicos atribuídos em relação aos trabalhadores e sua formação e o movimento de *práxis* no espaço formativo e de socialização.

Por sua vez, o terceiro capítulo discorre, especificamente, sobre os sentidos atribuídos ao trabalho e as interfaces com a educação e a democracia na sociedade brasileira. Em um esforço reflexivo, buscamos compreender como o recrudescimento da hegemonia do capital tem se materializado nas relações sociais estabelecidas no plano concreto.

CAPÍTULO 1

DA IDEALIZAÇÃO À DEMOCRATIZAÇÃO: O PROJETO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR

São as universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil (TEIXEIRA, 1988).

Para compreender as lacunas e desafios enfrentados pela educação superior no Brasil do século XXI, é necessário retomar seu desenvolvimento e as influências, ideológicas e econômicas que têm atuado na reformulação das políticas públicas desta modalidade. Este primeiro capítulo objetiva descrever, a partir de um resgate histórico, a idealização do projeto de ensino superior bem como os mecanismos que atuaram na sua construção e consolidação. Dentre as ações governamentais salientadas neste estudo estão: a Reforma Universitária de 1968, o fortalecimento da agenda neoliberal na década de 1990 e as políticas de expansão e democratização do acesso às universidades públicas entre os anos de 2003-2016.

1.1. A criação da Universidade no Brasil: a idealização do projeto liberal de formação superior

Partindo de um contexto geral, a ideia de universidade balizada pelo ocidente teve sua origem na Europa entre os séculos XVI e XVIII, alcançando seu ápice de expansão entre os séculos XIX e XX (CHARLES e VERGER, 1996). Na América Latina, desde o século XVI, despontavam iniciativas em países como Peru e México. No Brasil, a relação de dependência entre colônia e metrópole era edificada também neste viés, o que contribuiu para o retardo na implantação dessas instituições em relação aos outros países. Segundo Villalta (1997 *apud* MENDONÇA, 2000), para o rei “a dependência em relação à universidade de Coimbra” era considerada um “aspecto nevrálgico do pacto colonial”.

Este cenário só teve incipiente alteração a partir da chegada da Família Real lusitana às terras tupiniquins em 1808. Como expôs Teixeira (1999), ainda na Bahia, o Príncipe Regente D. João VI, deparou-se com a demanda de criar instituições de nível superior. Com a preocupação de garantir as condições básicas para a permanência da corte no Brasil, foram

criadas Academias de formação superior³. Este período é fundamental para a compreensão da construção da história das universidades no país, pois “esses cursos criados por D. João VI dariam origem às escolas e faculdades profissionalizantes que vão constituir o conjunto das nossas instituições de ensino superior até a República” (MENDONÇA, 2000, p. 134).

Durante o período Imperial (1822-1889), este quadro foi pouco alterado, ainda que no parlamento a discussão aparecesse em pauta. Diversos foram os projetos apresentados sem que muito se avançasse sobre o tema, mesmo que seus advogados apontassem sempre para a compreensão de universidade enquanto uma possibilidade de controle estatal⁴. Orso (2007, p. 45) aponta que o interesse em discutir o ensino superior existiu e isso se deve à necessidade de “organizar o país recém-independente”. Dessa forma, por exemplo, para “garantir uma estrutura jurídica, criaram-se as Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo”.

Em suma,

entre a primeira proposta de criação da universidade e sua criação de fato, passaram-se 351 anos. A primeira iniciativa nesse sentido partiu do jesuíta Marçal Beliarde, ainda no período colonial, em 1592. (...) Somente durante o Império foram apresentados 42 projetos com a finalidade de criar a universidade, ou seja, determinados segmentos da sociedade brasileira estavam conscientes da necessidade de se criar essa instituição, mas acabavam sofrendo a pressão de outros setores que discordavam do modelo a ser adotado (ORSO, 2007, p. 44).

No final das primeiras duas décadas do século XX, após a proclamação da República (1889), foram propostas duas reformas que perpassaram o ensino superior: Reforma Rivadavia Correa (1911) e Reforma Carlos Maximiliano (1915). A primeira desoficializou o ensino, concedeu autonomia didática e administrativa e sinalizou a fixação do ensino livre. A segunda, por sua vez, cancelou as determinações da reforma anterior, retomando a oficialização do ensino, criando o exame de vestibular e determinando a obrigatoriedade do certificado de conclusão do ensino secundário para admissão no superior.

O incremento do sistema federativo também foi fator decisivo para o surgimento de instituições que se aproximam do que se compreende sobre universidade pública, ainda que fossem, em nível organizacional, faculdades isoladas (MENDONÇA, 2000). A incipiente autonomia dos estados possibilitou a criação dessas instituições a partir da década de 1920,

³Segundo Mendonça (2000), ainda em 1808 é criado, na Bahia, o curso de cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. No Rio de Janeiro, no mesmo ano, é criada a Academia de Marinha e, posteriormente, a Academia Real Militar, ambas se preocupavam com a formação de engenheiros. Outros cursos como Economia, Química e Agricultura foram criados à época.

⁴Chama-nos atenção também que, como posto por Mendonça (2000), a partir de 1870, a iniciativa privada começa a se expandir em todos os níveis de ensino, inclusive no superior.

quando foram criadas, entre outras, a Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade de Minas Gerais (1927). A Universidade Federal de Viçosa, *locus* de produção deste estudo, fez parte desse contexto, sendo fundada em 1926, nomeada, à época, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV).

Com a crise no sistema político oligárquico dominante no país, emergiu a necessidade de romper com a *velha* república a fim de construir um *novo* ideal de nação, daí a importância de pôr em pauta a estruturação do ensino superior público brasileiro, organizado e garantido pelo Estado. A Universidade cumpriria, neste momento, o papel da formação da classe dirigente e da criação da narrativa nacional (NAGLE, 1976).

Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve um movimento de transformação social. No âmbito universitário, em 1931, a Reforma Francisco Campos foi instituída pelo ministro Francisco Campos, do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública do governo provisório varguista (1930-1934) (ROMANELLI, 2003). Esta Reforma pautou a estruturação e centralização dos níveis de ensino superior, secundário e profissionalizante⁵. Segundo Costa (2014), o sistema universitário foi oficialmente preconizado como modelo preferencial de organização do oferecimento da educação superior no Brasil, desde o primeiro Estatuto das Universidades pelo Decreto 19.851/31.

Em São Paulo, a derrota paulista na Revolução Constitucionalista de 1932⁶ instigou a reestruturação de seu ensino superior já que o modelo centralizador, oficializado pelo governo federal, ia de encontro à autonomia dos Estados, perpetrada pelo advento do sistema republicano. Assim, “a grande preocupação era formar e reciclar as elites para que, depois de ‘derrotadas pelas armas’, pudessem recuperar o poder e a hegemonia (...) e imprimir a direção do país” (ORSO, 2007, p.57).

Nesse sentido, o projeto de universidade proposto foi fundamentado em uma concepção liberal advogada por personalidades como Roque Spencer M. de Barros (1927-1999), Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), Fernando de Azevedo (1894-1945), Armando de Salles Oliveira (1887-1974) e Anísio Teixeira (1990-1971). Diluir os tensionamentos sociais, promover uma revolução espiritual, livrar o país do comunismo, investir no aparato técnico-científico capaz de elevar a modernização do país; os argumentos eram inúmeros, mas convergiam para um propósito específico:

⁵À época, denominado ensino comercial.

⁶Após a Revolução de 1930, divergentes da política discricionária implementada por Getúlio Vargas durante seu governo provisório (1930-1934), paulistas conclamavam a instauração de uma constituinte e o respeito a autonomia dos estados. (MOREIRA, 2017, s/p)

intentava-se criar uma espécie de aparelho ideológico para formar, reciclar as elites, formar intelectuais de acordo com a concepção de mundo, de homem e de sociedade liberais e de acordo com os interesses burgueses, para, nas palavras de Mesquita Filho, “consolidar a democracia no Brasil” ou, nas palavras de Antônio Carlos, “**fazer a revolução antes que o povo a fizesse**” (ORSO, 2007, p.60).

Referendada pelo Decreto n. 6.283/34, em janeiro de 1934, foi criada, oficialmente, a Universidade de São Paulo (USP), que reuniu faculdades isoladas em um único espaço de ensino superior, com o intuito de desenvolver ensino, pesquisa e extensão. Esse projeto se tornou referência para a construção de tantas outras instituições e inspirou reformas como a que ocorreu na década de 1960, durante os governos militares.

1.2. Da Ditadura Civil-Militar à redemocratização: a consolidação e os desafios do ensino superior público

1.2.1. A Reforma Universitária da década de 1960

Em um contexto marcado pelo autoritarismo da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a universidade se viu diante de uma modernização que transformou sua estrutura e vigora até a contemporaneidade. Cabe ressaltar, no entanto, que os fatores que propiciaram as modificações implementadas advêm de discussões levantadas em governos anteriores, como o de João Goulart (1961-1964), deposto pelo golpe civil-militar de 1964.

Nesse período, ganharam força as contestações sociais voltadas para a formação superior. Por um lado, ecoava o anseio da classe média em relação ao seu acesso ao ensino superior; por outro, estava presente o movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) cujas principais reivindicações consistiam na abolição da cátedra, adoção do sistema de créditos e semestralidade, institucionalização da pesquisa, entre outras.

O projeto de reforma universitária, visando democratizar e franquear a participação dos estudantes, começou como uma exigência dos movimentos estudantis. Nas vésperas do golpe militar, também passou a ser reivindicada pelos professores. À medida que o movimento pró-reforma, se intensificava, essa bandeira passou a ser incorporada pelo Estado, até que, após o golpe militar, foi completamente arrebataada pelos militares em 1968 (ORSO, 2007, p.75).

Outro fator de impacto no projeto de reforma universitária foi a participação da *United States Agency For International Development–USAID*, órgão com o qual o Ministério da

Educação firmou o convênio MEC-USAID em 1965⁷. Foram produzidos relatórios acerca do ensino superior brasileiro, os quais apontavam *déficits* estruturais e inadequação curricular, dentre outros pontos (CUNHA, 1988). Conforme aponta Thiengo (2013, p.8), a agência sugeriu um “novo programa com um novo objetivo de desenvolvimento da mão-de-obra especializada brasileira”.

Contratado pela Diretoria de Ensino Superior do Brasil em 1965, o especialista em planejamento de universidades estadunidense *Rudolph Atcon* prestou consultoria que resultou em um relatório com diversas recomendações, tais quais: o esvaziamento do sentido político das universidades, uma reforma estritamente técnica e a adoção de um modelo empresarial de administração afinado à preconização de privatizações. Destacam-se outras recomendações feitas, como: “introdução do tempo integral para professores (e estudantes), criação de disciplinas como educação física (que disciplinaria os estudantes para não ficarem reivindicando) e tirar as universidades das cidades, com o objetivo de desenvolver o campo” (THIENGO, 2013, p. 8-9). De fato, algumas recomendações foram acatadas, ainda que sem a adesão de todas as universidades.

De acordo com Orso (2007), diante deste cenário, em julho de 1968, o presidente Arthur Costa e Silva assinou o Decreto n. 62.937 que instituiu a formação de um Grupo de Trabalho (GT) com onze membros⁸, presidido pelo então Ministro da educação Tarso Dutra. Segundo o Decreto, o projeto apresentado após as discussões do GT seria analisado pelos “ministros da Educação e Cultura, Planejamento e Coordenação Geral, Fazenda e Justiça” que comporiam “os setores integrados na reforma universitária” (BRASIL, 1968).

Apresentado o relatório, a reforma ocorreu pela edição da Lei n. 5.540/68, aprovada em 28 novembro de 1968, que fixou as alterações na organização do ensino superior brasileiro. Dentre as principais mudanças acarretadas citamos: fim do regime de cátedra vitalícia, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, regime de matrícula semestral por disciplina, adoção de créditos como unidade de medida curricular, vestibular unificado para a instituição de ensino superior, entre outras.

⁷Anteriormente, a USAID já havia estabelecido convênios com instituições brasileiras, como é o caso da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), em Minas Gerais.

⁸Os membros designados foram: Tarso Dutra, ministro da educação; Roque Spencer de Barros, relator da Comissão de Reestruturação da USP; Newton Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação (CFE); Valmir Chagas, membro do CFE; Pe. Fernando Ávila, assessor da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas; João Lira Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento; Fernando Val, representante do ministério da Fazenda; Antônio M. Couceiro, presidente do Conselho Nacional das Pesquisas; Leon Peres; e os discentes João Carlos Moreira Bessa, do Diretório Central dos Estudantes da PUC-RJ; e Paulo Passos, da Escola de Engenharia da UFRJ. Ressalta-se que os estudantes se negaram a participar.

A federalização de universidades estaduais, institutos isolados e faculdades privadas também foi característica marcante dessa reforma, aspecto que abarcava os interesses regionais de desenvolvimento que contribuíram para toda a nação. Com isso, o governo buscou atender, sobretudo, as demandas por acesso já que, neste momento, junto da industrialização, surgia a necessidade de mão de obra especializada. Vasconcellos (2007) assinala que este período foi de consolidação das universidades públicas como *locus* do desenvolvimento técnico-científico.

Se até o momento a ‘inspiração’ do ensino superior brasileiro estava nos países europeus, a partir da reforma universitária *manu militari* o modelo organizacional passou a ser o estadunidense, caracterizado pela “universidade empresa capitalista, racional, voltada para a produtividade” (ORSO, 2007, p. 79). A Teoria do Capital Humano, proposta por Shultz (1968), passou a nortear a finalidade educacional, uma vez que essa concepção é “de que o trabalho humano, quando qualificado pela educação, era um dos mais importantes meios para ampliação da produtividade econômica e, portanto, das taxas de lucro do capital” (THIENGO, 2013, p. 16). Conforme Cunha (2002), nesse período, grande parte das universidades também organizaram fundações de direito privado para a captação de recursos externos para o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades.

Florestan Fernandes (1975) teceu duras críticas à reforma universitária que, para ele, consolidou o caráter elitista que pressupõe “suas vinculações com as profissões liberais e às suas funções culturais de consolidação da ordem existente”, mais que isso, por conta de a reforma ter sido implementada pela tutela do regime militar, “a universidade foi esterilizada politicamente” (FERNANDES, 1975, p.8). Ao mesmo tempo, enfatizou pontos que julgou positivos como a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), participação estudantil em órgãos colegiados e o regime de trabalho de dedicação exclusiva, entre outros.

O governo militar atuou também em outros níveis de ensino, visando efeitos na reformulação universitária. Exemplo disso foi o fortalecimento do ensino profissionalizante com a intenção de substituir os cursos preparatórios para o vestibular a fim de “conter a procura de vagas no ensino superior” ao passo que “os estudantes já saíam do ensino médio encaminhados para o mercado de trabalho” (THIENGO, 2013, p.19).

Portanto, a partir da década de 1970, o novo modelo de universidade baseado na “importação e transplante de modelos de planejamento, avaliação, administração e supervisão” (BUENO, 2004, p.448) passou a gerir a educação superior. Sendo um período com gênese em um golpe militar apoiado pelo empresariado, nacional e internacional, seu saldo se caracterizou pelo cenário profícuo às demandas do mercado, ainda que de maneira mais flexível do que experimentado na década de 1990, como será exposto no item seguinte.

1.2.2. A redemocratização e o receituário neoliberal: a educação como mercadoria

No âmbito educacional, a Constituição de 1988 consagrou reivindicações relacionadas ao ensino superior. Dentre as determinações estão: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ingresso por concurso público, gratuidade nas instituições oficiais, entre outras. Por conseguinte, novas demandas foram geridas, como a necessidade de um orçamento público que atendesse e garantisse a autonomia das instituições. Os primeiros momentos de redemocratização, no entanto, foram marcados por um *impeachment* e a renúncia do primeiro presidente civil eleito diretamente, Fernando Collor de Melo (1990-1992), motivo pelo qual pouco se avançou em diversos setores.

Após a instável retomada democrática, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o neoliberalismo se referendou e passou a ser o receituário das políticas públicas. Tanto em seu projeto de governo quanto em seu mandato, Fernando Henrique Cardoso avultou políticas que convergiram para o favorecimento e expansão do setor privado com a privatização das instituições públicas.

É o governo Cardoso que pela primeira vez em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do estado. Dilui-se, dessa forma o sentido de público e o estado passa a ter predominantemente uma função privada. Passamos assim, no campo da educação no Brasil, das leis do arbítrio da ditadura civil-militar para a ditadura da ideologia do mercado. (FRIGOTTO, 2003, p. 107).

Neste cenário, a principal conquista das mobilizações sociais foi a promulgação, em 1996, da Lei n. 9.394/1996 que dispõe sobre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em relação ao ensino superior, o documento trata de forma fragmentada e flexível (CUNHA, 2003) e foi pautado em “ampliação da oferta de vagas e diferenciação via setor privado e a diversificação dos cursos de nível pós secundário” (THIENGO, 2013, p.19).

No caso das instituições públicas, sob o pretexto de desenvolver a autonomia, o projeto desse governo foi voltado para a aproximação do capital privado a essas instituições.

As universidades públicas estariam sujeitas a um regime jurídico especial, o qual, ao contrário das demais autarquias, permitir-lhes-ia grande flexibilidade na organização do quadro de pessoal docente e administrativo, tanto quanto no emprego de recursos financeiros (CUNHA, 2003, p. 41).

Também em relação ao aporte orçamentário, dois apêndices legislativos amorteceram a crise das universidades, a saber: a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e a Emenda Andifes⁹, ambos datados de 1998. Neste período, tais ações tornaram-se instrumentos governamentais para promover o incremento de vagas nos cursos de graduação nas instituições federais, isto é, ao mudar a matriz de distribuição, o governo propõe que o contingente maior de recursos para manutenção seria repassado às universidades com mais vagas de graduação. Ainda que o número de discentes tenha aumentado em, aproximadamente, 200 mil entre os anos de 1994 e 2002, o número de docentes permaneceu o mesmo (52.426 mil), o que denota a precarização do trabalho docente e o desmonte em relação à carreira no serviço público.

Por outro lado, o setor privado passou por um avanço exponencial neste mesmo período. Dados mostram que o número de alunos matriculados no ensino superior, ao final do segundo mandato de FHC, em 2002, chegava a 70 % nas faculdades particulares, que eram também responsáveis por 63,5 % dos cursos de graduação do país. A tabela abaixo demonstra o cenário de distribuição do alunado no ensino superior em 2003.

Tabela 1. Distribuição de matrículas no Ensino Superior no Brasil (2003).

Categoria	Nº de matrículas
Federal	531.634
Particular	1.261.901
Total	3.479.913**

Fonte: INEP. Elaborado pela autora.

** Este número considera também as matrículas em instituições estaduais (415.569), municipais (104.452) e comunitárias/filantrópicas/confessionais (1.166.357).

É neste período também que emerge a categoria dos *centros universitários*, estes caracterizados por “quase autônomos ou detentores de quase toda a autonomia universitária” e ocuparam “o lugar, no discurso reformista oficial, da *universidade de ensino*, definida por oposição à *universidade de pesquisa*, esta sim, a universidade plenamente constituída” (CUNHA, 2003, p.54). Ainda segundo o autor, a principal limitação do governo FHC quanto a

⁹A referida emenda diz respeito a uma compensação orçamentária repassada às universidades federais por consequência de não ter sido repassado o último duodécimo do ano de 1998.

sua política voltada para o fomento do setor privado em detrimento do público, era a qualidade e os resultados não alcançados por este setor.

Ainda assim, ressalta-se que uma de suas últimas ações governamentais, concatenada a ampliação das faculdades privadas, foi a criação do Fundo de Financiamento Estudantil- FIES, pela edição da Lei n. 10.260/2001, que viabilizou o financiamento de até 100 % dos custos de cursos de graduação em instituições privadas que possuíssem avaliação positiva no MEC. Esta ação foi mantida pelos governos posteriores e, com pontuais alterações, se mantém atualmente.

1.3. Expansão e acesso: os avanços dos governos Luiz Inácio *Lula* da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011- 2016)

1.3.1. O papel das políticas públicas na superação de desafios históricos

As consequências sociais das políticas neoliberais foram catalisadoras do enfraquecimento dessa agenda em toda a América Latina. As cartilhas populares que tomaram espaço e angariaram o apreço das camadas marginalizadas, tiveram grandes desafios para reestruturar seus países. No Brasil, com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, as promessas convergiam para essa perspectiva de abertura do Estado aos anseios sociais. A educação, neste ínterim, recebeu maior atenção, investimentos e diversos foram os programas instituídos a partir de políticas públicas.

Especificamente sobre o ensino superior, a primeira medida empreendida pelo recém eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a constituição, em 2003, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)¹⁰, responsável por examinar o ensino superior público e apresentar um plano de ações para “reestruturação, desenvolvimento e democratização das instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2003). Conforme literatura pertinente (LIMA, 2004; TROPIA, 2007; LEHER, 2010), o relatório apresentou proposições que sinalizavam uma reforma universitária, mas que muito pouco alterava a estrutura conservadora e elitista.

Neste processo, alguns temas serviram como uma espécie de termômetro para o Ministério da Educação, tais como: a redução do papel do Estado a agente avaliador e regulador do Ensino Superior, o aumento da participação da sociedade – leia-se

¹⁰O GTI era composto por representantes do Ministério da Educação, Cristovam Buarque e Carlos Antunes, responsáveis pela coordenação; Kátia dos Santos Pereira e Edison Collares da Casa Civil; Luiz Soares Dulci da Secretaria-Geral da Presidência; Marcelo Feitosa de Castro e Luiz Eduardo Alves do Ministério do Planejamento; Hélio Barros e Wanderley Guilherme dos Santos do Ministério da Ciência e Tecnologia e Gustavo Sampaio e Jairo Celso Correia Marçal do Ministério da Fazenda.

mercado – na definição dos projetos e investimentos públicos (parceria público-privada), a adoção de medidas afirmativas e de uma política de cotas para compensar o elitismo do Ensino Superior, o financiamento público para IES particulares e a flexibilização do sistema de Ensino Superior (TRÓPIA, 2007, p. 4).

O relatório resultante dos estudos e análises do GTI pontuava duas soluções imediatas para o ensino superior brasileiro: “um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais e uma reforma universitária mais profunda.” (BRASIL, 2003). O plano emergencial contava com acréscimo orçamentário, fomento à autonomia universitária, investimento em força de trabalho, entre outros.

Dentre as metas estipuladas no plano de ação estavam: alcançar o número de 600.000 vagas nos cursos de graduações das universidades¹¹, completar o quadro docente, investimentos em infraestrutura (R\$ 341.000,00, em 2004) e um custo emergencial para enfrentar a crise imediata e possibilitar a expansão no número de alunos (R\$ 982.000,00, em 2004). Cabe ressaltar também o incentivo à autonomia universitária no âmbito acadêmico, mais que isso, financeiro, possibilitando a participação externa nos investimentos (BRASIL, 2003).

A partir do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010), novas políticas foram propostas para expansão das IFES. Dentre as ações empreendidas, destacam-se aqui: o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificado (SISU) e a implementação das cotas.

Destaca-se também que no setor privado houve grandes avanços no que diz respeito ao acesso ao ensino superior através de políticas como Programa Universidade Para Todos (ProUni) e a manutenção do já existente Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). De forma sumária, por não se tratar do foco deste trabalho, o ProUni foi um programa criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2004, com intuito de conceder bolsas de 50 % a 100 % em faculdades privadas.

O FIES, que tem sua proposta original datada de 1994, foi reeditado a partir da Lei n. 10.260, em 2001, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, e viabiliza o financiamento estudantil em até 100 % dos custos de graduação em instituições privadas credenciadas e com avaliação positiva pelo MEC. Neste caso, sinaliza o protagonismo que o setor privado manteve também durante este período.

¹¹A meta seria alcançar, até 2007, o número de 1.200.000 matriculados.

1.3.1.1. Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

No âmbito das instituições federais, encontra-se o REUNI, que foi instituído pelo então ministro da educação Fernando Haddad (2005-2012) por meio do Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, compondo as ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)¹². Seus conceitos norteadores são a reestruturação das instituições federais, fomento à inovação e o aumento na qualidade do ensino.

O programa se justificava pelo reconhecimento “ao papel estratégico das universidades federais no desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2008). Dentre seus objetivos figuravam a expansão das vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, fomento às inovações pedagógicas e combate à evasão.¹³

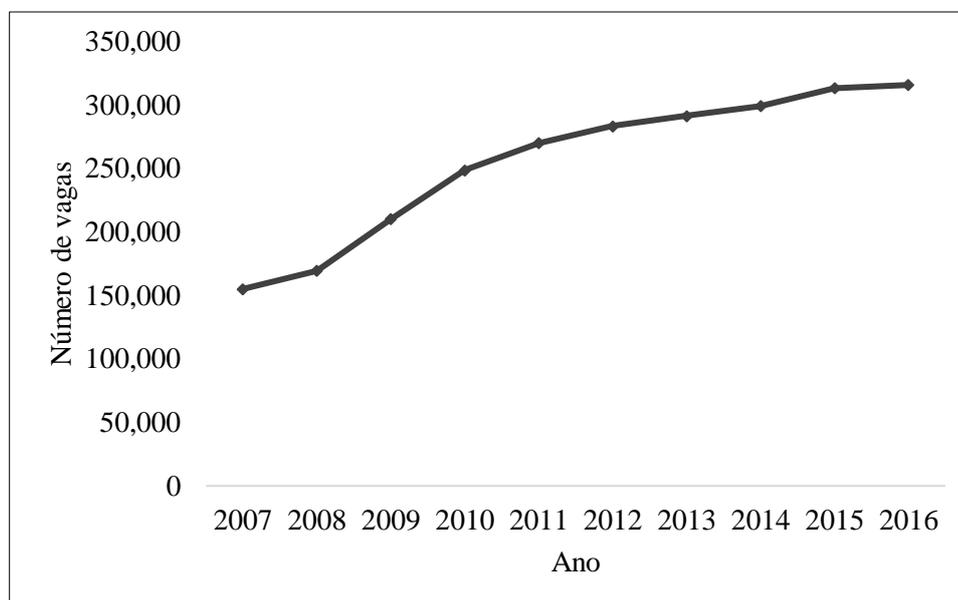
Para Ravazoli (2011) este teria sido o primeiro programa voltado para universidades federais e com objetivo de romper com o elitismo histórico do ensino superior público a partir de sua expansão e democratização. Araújo e Pinheiro (2010) apontam para a mudança na relação estabelecida entre as universidades e o MEC, que passou a ser caracterizada pela eficiência burocrática e estímulo aos resultados.

Os dados abaixo sistematizam alguns dos resultados das ações empreendidas a partir do REUNI, entre os anos de 2008 e 2016.

¹²O PDE, segundo Saviani (2009), faz parte dos esforços do MEC diante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal que abrangia todos os ministérios. O PDE, portanto, é a reunião de ações em todos os níveis e modalidades de ensino, além de preocupar-se também com problemas de infraestrutura.

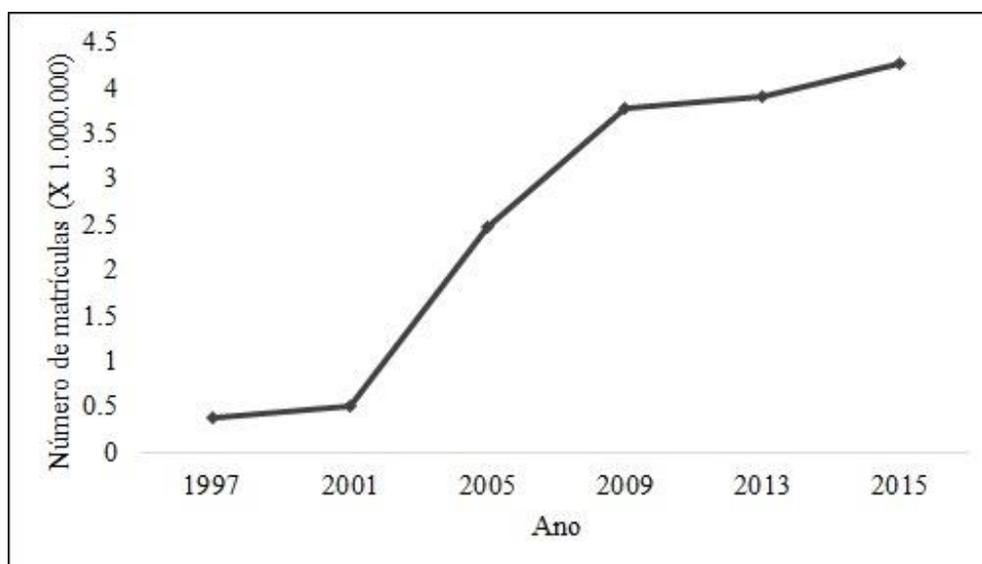
¹³Quando lançado, o programa contou com a adesão de todas as 54 universidades federais do país.

Gráfico 1. Evolução no número de vagas ofertadas em instituições federais de ensino superior após a instituição do REUNI.



Fonte: MEC/SESu/DIFES (2007-2016). laborado pela autora.

Gráfico 2. Expansão do acesso ao ensino superior em Universidades Federais (2000-2015).



Fonte: MEC/INEP/DEED, 2018. Elaboração da autora.

Os investimentos também foram voltados à expansão do número de locais com *campus* universitário, promovendo a interiorização do ensino superior público.

Tabela 2. Relação Universidades Federais e novos *campi* em municípios (2002-2014).

Período	Até 2002	Em 2014	Diferença (%)
Universidade Federais	45	63	40
<i>Campi</i>	151	321	112,58
Municípios	114	275	141,23

Fonte: CAPES/MEC, 2014. Elaboração Silva (2015).

1.3.1.2. Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e Sistema de Seleção Unificado - SISU

A questão do acesso sempre foi central para compreender os desafios e lacunas do ensino superior brasileiro. Desde a primeira década do século XX, os exames de vestibular foram os responsáveis pelo acesso dos estudantes ao grau superior, estes exames eram de caráter habilitatório até o ano de 1925, quando passou a ser também classificatório.¹⁴ Caracterizando-se pelo acesso excludente e marcadamente elitista nas universidades públicas, foi preciso um instrumento que possibilitasse maior democratização para uma “demanda reprimida pleiteando o ingresso no nível superior” (ARRUDA, 2011, p.503).

No enlace de tais demandas, o Sistema de Seleção Unificado, SISU, foi regulamentado através da portaria normativa n. 21 em novembro de 2012 e tem por objetivo democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior através de um sistema único de acesso (BRASIL, 2012). Composto essas ações, é a partir do resultado nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que os estudantes podem pleitear as vagas oferecidas.

O ENEM, por sua vez, não é um projeto atual, tendo sido anteriormente utilizado como ferramenta de avaliação do ensino médio. Todavia, diante do incremento de políticas públicas de expansão do ensino superior, o exame passou a ser critério para o acesso.

O Exame Nacional de Ensino Médio, recentemente iniciado, é outra excelente oportunidade para inovar os processos seletivos e tanto melhor quanto mais crescente seja sua universalização. Trata-se, portanto, de um recurso tecnicamente seguro para ser utilizado como critério de ingresso ao ensino superior, isolado ou concomitantemente com outro processo seletivo, igualmente universal e democrático (BRASIL, 1999, p. 5).

¹⁴Entre o ano de 1808 e 1915 já havia exames para acesso denominados “exame preparatório”, “exame de madurez” e “exame de admissão” (OLIVEIRA, 2014).

A partir do ano de 2001, algumas instituições passaram a utilizar parcialmente os resultados do exame na composição final das notas para acesso aos cursos superiores (OLIVEIRA, 2014). Em 2005, essa avaliação se tornou critério para acesso ao ProUni e, a partir de 2010, também para o FIES.

Ainda em 2010, foi sistematizado o “Novo ENEM”, apresentado pelo MEC, com o intuito de atender a dois objetivos principais: reformas curriculares do ensino médio e democratização do acesso de estudantes de todo país em universidades públicas (e privadas) (MALUSÁ, ORDONES & RIBEIRO, 2014). No caso do acesso, os resultados desse novo modelo apontam para o aumento do percentual de jovens entre 18 e 24 anos na educação superior (ANDRIOLA, 2011), além da integração de pessoas oriundas de diversas regiões do país.

Do ponto de vista curricular, no entanto, como coloca Baroni (2010, p.101), “não deixa de ser um enorme paradoxo propor que todos os alunos do país sejam submetidos a um mesmo exame, por melhor que seja seu desenho” ao considerar a discrepância entre o ensino ofertado nas escolas públicas e particulares. Esse fato foi agravado com a promulgação da lei 13.415/2017 que sistematiza a reformulação do ensino médio a partir da fragmentação curricular e do aumento da carga horária nas escolas públicas. Além disso, ao ofertar e estimular o ensino profissionalizante nos anos finais da educação básica, essa medida visa amortizar a demanda de acesso ao ensino superior, tornando o espaço cada vez mais elitista e excludente, e oferecer mão de obra barata ao mercado. Essa pauta será retomada e melhor discutida no capítulo 3 desse trabalho.

Daí a importância de outras medidas que foram (e são) nucleares para alcançar a ampliação da presença de estudantes de camadas populares nas universidades públicas, como as políticas de ação afirmativa (cotas).

1.3.1.3. Políticas de Ação Afirmativa: a Lei de Cotas

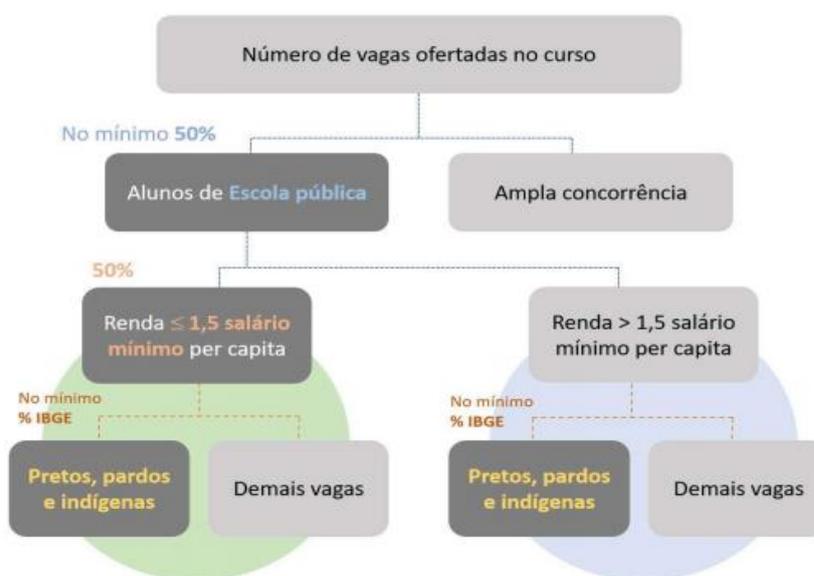
As políticas de ações afirmativas também compõem o conjunto de ações direcionadas à democratização do acesso ao ensino superior, sendo caracterizadas, de maneira geral, por se dirigirem às camadas da população historicamente marginalizadas por características como cor e classe. Nesse sentido, objetiva à “restituição de uma igualdade que foi rompida ou que nunca existiu” (MOEHLECKE, 2002, p. 200). Além disso, segundo Guimarães (1997), do ponto de vista jurídico, essas políticas têm por finalidade o fortalecimento da democracia. No Brasil, país

marcado por histórica desigualdade socioeconômica, as discussões nesse sentido foram tardias e avançaram apenas a partir da década de 1990¹⁵.

As primeiras propostas de cotas em serviços e concursos públicos só avançaram a partir da primeira década de 2000. Em 2002 foi criado, a partir do Decreto n. 4.228/02, o Programa Nacional de Ações Afirmativas; e, no mesmo ano, o Programa Diversidade na Universidade (Lei n. 10.558/02). No ano seguinte, foi organizada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Lei n. 10.678/03) e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

Para acesso às universidades, as cotas foram definidas nos termos da Lei 12.711/2012 que reservam 50 % das matrículas que deveriam ser implementadas progressivamente até o ano de 2016, em instituições federais, para egressos do ensino médio público e abarca critérios raciais e de renda¹⁶. A figura abaixo sintetiza o sistema de distribuição das vagas.

Figura 1. Sistema de distribuição de vagas nos termos da Lei 12.711/12.



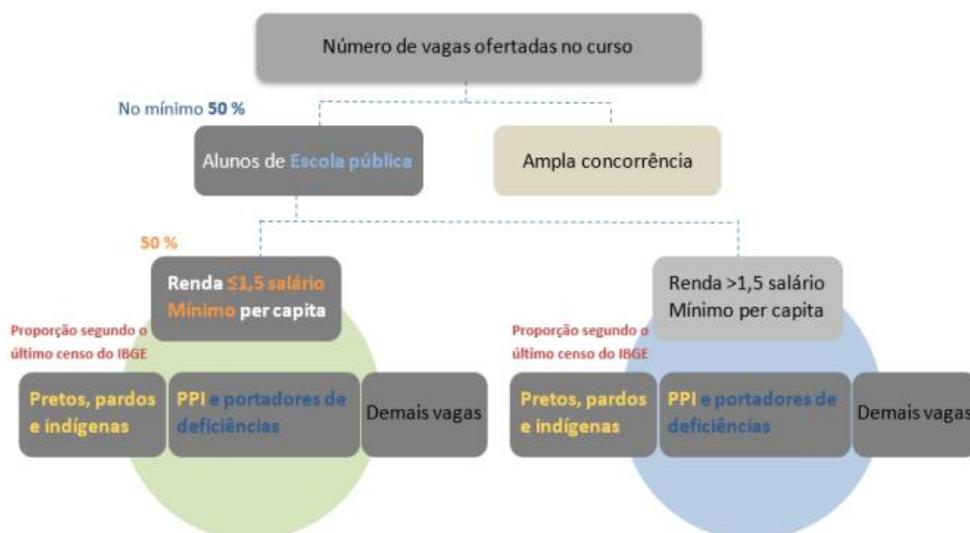
¹⁵Em 1995, a partir do Decreto n. 3531/95 foi organizado o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra no Brasil que cumpriu importante papel nas discussões e avanços nas políticas de ação afirmativa.

¹⁶Não estão incluídas as universidades estaduais e as instituições de ensino privadas. Ainda que não contemple as instituições estaduais, à guisa de conhecimento, anterior a legislação federal, o estado do Rio de Janeiro através das leis n. 3.524/2000 e n. 3.708/2001, instituiu as cotas na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (DAFLON; JUNIOR; CAMPOS, 2013).

Fonte e elaboração: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA-UERJ), 2017.

A partir de 2017, houve alteração na legislação, que passou a considerar a Lei n. 13.409/17, que incluiu em seu escopo pessoas com deficiência. Assim, o número de subcotas passou de quatro para oito.

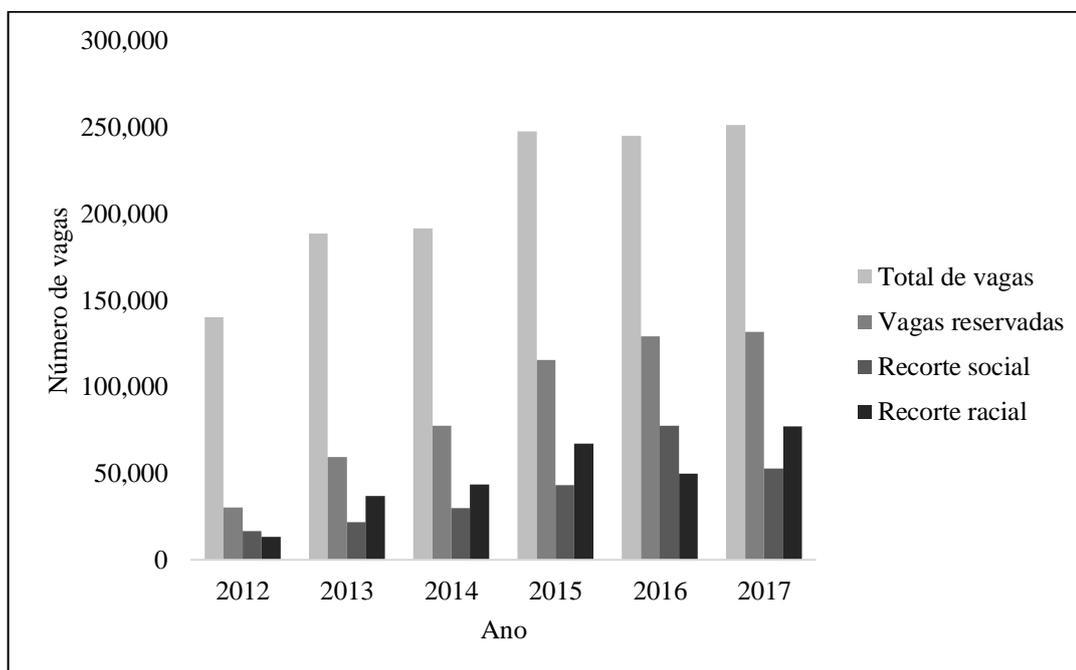
Figura 2. Sistema de distribuição de vagas nos termos da Lei 13.409/17



Fonte e elaboração: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA – UERJ), 2017.

A adesão ao REUNI foi importante fator de impacto quanto à implementação das cotas anteriormente às leis 12.711/12 e 13.409/17, já que o documento apresentava como uma das diretrizes a adoção de “mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos” (MEC, 2007).

Gráfico 3. Total de vagas oferecidas, reservadas e distribuídas por critérios das cotas (2012-2017).



Fonte: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA – UERJ), 2017.

A adoção das cotas nas universidades se organizou por meio de autodeclaração do candidato à vaga. Esse modo, no entanto, enfrentou seus limites, uma vez que muitas denúncias de fraude começaram a surgir. Como maneira de sanar esse problema, as instituições passaram a operacionalizar comissões de verificação da autodeclaração apresentada a partir da observação de características fenotípicas.

1.3.1.4. O fiel da balança: saldo da conciliação de classes para o ensino superior

Ainda que sejam tangíveis os reflexos das políticas supramencionadas para a reestruturação, democratização e expansão de acesso ao ensino superior, é relevante o fato que estas foram possíveis por meio de acordos firmados sob uma conciliação de classes que não supôs transformações nas estruturas que sustentam e dinamizam as desigualdades sociais. Nesse sentido, algumas medidas e a influência de organismos internacionais na construção dos programas de ações governamentais denotam mais continuidades que rupturas em relação aos antecedentes.

Diversos estudos destacam o papel do Banco Mundial (BM) como representante dos interesses hegemônicos dos países centrais, sendo ele composto por: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Sociedade Financeira Internacional (SFI), Agência Multilateral da Garantia de Investimentos (MIGA), Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), além de atuar em sintonia com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Sua incidência em países em desenvolvimento ocorre por meios financeiros, como promoção de financiamentos, e ideológicos, com a apresentação de orientações para diversas áreas sociais (DREIFUSS, 1981; LEHER, 1999; MARI, 2006).

Sob o ordenamento internacional do capital, os discursos apontam para as “chaves” para o desenvolvimento econômico, alívio da pobreza e coesão social. Grosso modo, as orientações encaminham para o favorecimento do setor privado e sua expansão, além de discursos privatizantes de setores públicos.

As temáticas pobreza e inclusão são recorrentes nos documentos, que destacam as dificuldades de inclusão e a promoção do alívio da pobreza, ou seja, a pobreza é compreendida como uma problemática social que engloba uma significativa parcela educacional, neste sentido, é importante que os subalternos se sintam incluídos e não à margem da sociedade, de onde podem promover o dissenso. (THIENGO, 2013, p. 53)

As orientações do BM ganharam protagonismo na produção de políticas públicas durante a década de 1990, na gestão de FHC e no governo Lula da Silva (LEHER, 1999; 2004). No caso da educação, especialmente o ensino superior, suas orientações apontavam para a integração entre formação e esfera produtiva. A reformulação do ensino superior nos anos 2000, a partir da cartilha apresentada pelo órgão, segundo Lima (2011),

pode ser agrupado em quatro nucleações básicas: 1) o fortalecimento do empresariamento da educação superior; 2) a implementação das parcerias público-privadas na educação superior; 3) a operacionalização dos contratos de gestão, eixos condutores da reforma neoliberal do Estado brasileiro, de Bresser-Cardoso a Paulo Bernardo-Lula da Silva e 4) a garantia da coesão social em torno das reformas estruturais realizadas pelos governos Cardoso e Lula da Silva (LIMA, 2011, p.90).

O quadro abaixo, organizado e elaborado por Thiengo (2013) elucida algumas das políticas que evidenciam este movimento:

Quadro 1. Leis, decretos e programas do governo Lula da Silva na primeira década dos anos 2000

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES – LEI N. 10.861/04)	Reformula a lógica de avaliação do ensino superior de acordo com padrões de excelência pautados pela lógica do mercado.
DECRETO N. 5.205/04	Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas.
LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA N. 10.973/04	Trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas.
DECRETOS 5.622/05 E 5.800/06	Política de educação superior à distância a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil.

Fonte: THIENGO, 2013, p. 26-27.

Esse movimento esteve, portanto, alinhado às novas formas de organização do capital e seu favorecimento (GENTILI, 1998; SGUISSARDI, 2009; LEHER, 2010). Ora, se ainda há um contingente para pleitear o acesso e se o poder aquisitivo atua enquanto *limitação*, a *solução* foi proposta a partir de medidas como, por exemplo, a ampliação do crédito e financiamento educacional e expansão do Ensino a Distância (EaD). Esse contingente é composto, sobremaneira, por camadas populares e trabalhadores que não conseguem suas vagas em instituições públicas por força da desigualdade formativa e pelo processo ainda muito excludente baseado em meritocracia.

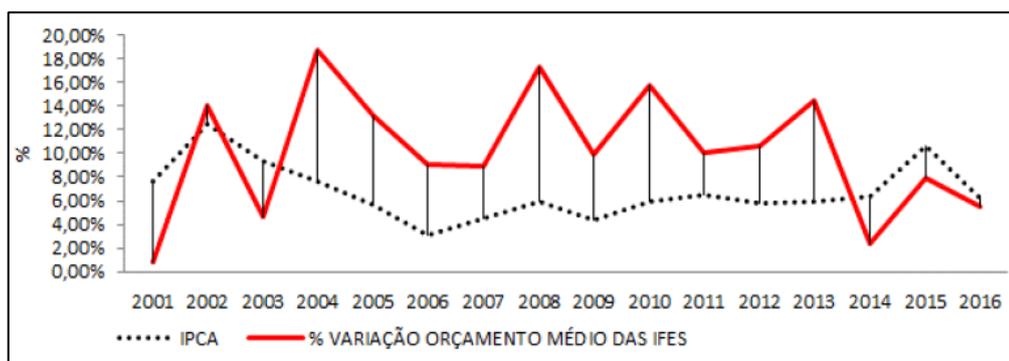
Nesse sentido, os dados fornecidos pela Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP/MEC, 2017) apontam que, do total de matrículas no ensino superior, 71,21 % eram no setor privado enquanto apenas 18,45 % eram nas universidades federais. Para Neves, Raizer e Fachinetti (2007, p. 125), tal ampliação e expansão estiveram assentadas numa “situação

controversa” à medida que “além do ensino ser pago favorecendo uma inclusão instável, a formação oferecida pelo sistema privado é muito criticada pela sua baixa qualidade”.

Especificamente sobre as instituições públicas, a influência se deu através de discursos que valorizaram a sintonia entre educação e mercado para o desenvolvimento nacional, ações que facilitaram a aproximação com o setor privado, fomento às inovações tecnológicas, internacionalização, entre outros. Ainda que com avanços significativos, as universidades federais contaram com mais empecilhos ao seu pleno funcionamento do que as faculdades privadas.

Isso pode ser notado a partir do fator de aporte financeiro. O contingente orçamentário voltado para a manutenção das instituições federais, a partir de 2004, chegou a superar a inflação oficial¹⁷. A partir de 2014, no entanto, este número foi decrescendo e as universidades passaram a ter notáveis perdas orçamentárias. Revela-se ainda que o valor destinado à educação a partir do PIB não chega a 1 %.

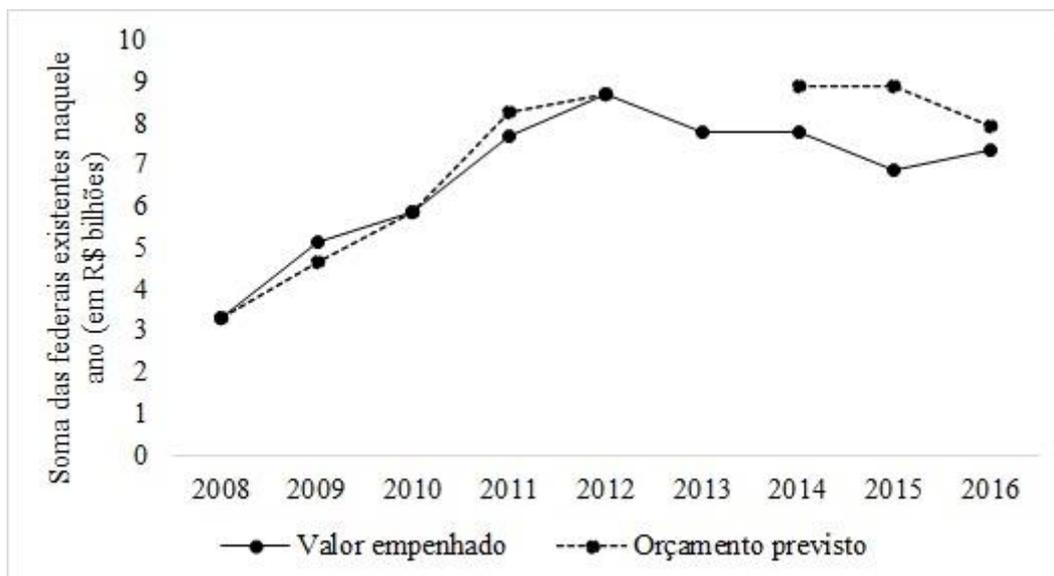
Gráfico 4. Variação de dotação orçamentária IFES *versus* IPCA (2000-2016).



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Elaborado por FILHO e OLIVEIRA (2017)

¹⁷Ao somar os três grupos de despesas das IFES, o aumento foi de 462,5 %, ao passo que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo acumulado (IPCA) foi de 199,74 %, entre os anos de 2000-2016. (FILHO; OLIVEIRA, 2017, p. 2401)

Gráfico 5. Comparação entre o orçamento previsto e o montante empenhado nas Universidades Federais (2008-2016)



Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MEC. Elaboração da autora.

Sendo um “aparelho privado de hegemonia”, as universidades são permeadas por contradições. Para superar esse distanciamento, devem se tornar ambientes profícuos a uma socialização horizontal e solidária. Para Gramsci, a função das universidades consiste em “educar os cérebros para pensar de modo claro, libertando-os de uma cosmovisão caótica, corroborada por uma cultura inorgânica, pretenciosa e confusa” (MARI, 2011, p. 9).

O receituário social-liberal adotado pelos governos *lulo-petistas* (ANTUNES, 2015) encadeou uma situação controversa, uma vez que, ao mesmo tempo em que promoveu a ascensão financeira e educacional de parte da sociedade, a formação fomentada era voltada para a ideologia neoliberal. Isto é, uma formação que visa apenas a técnica, levando ao estreitamento do caráter humano e democrático da educação, elementos que impactam diretamente as aproximações ideológicas dos subalternos com a classe dominante.

No próximo capítulo abordaremos a experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa, por sua potencialidade explicativa em termos de perspectiva intelectual da classe trabalhadora diante das políticas públicas de acesso ao ensino superior da última década e do cenário sócio-político e econômico atual.

CAPÍTULO 2

A EXPERIÊNCIA DO CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA (VIÇOSA-MG)

“Liberdade é não se submeter. Quando o trabalhador tenta entrar na universidade é uma forma de não aceitar submissão, porque não é lá que nos querem” (Maria Molambo da Calunga, 2019).

A cidade de Viçosa, Minas Gerais, é conhecida pela presença da renomada Universidade Federal de Viçosa (UFV). Historicamente, a federalização da então Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG), que ocorreu nos anos finais da década de 1960, acarretou mudanças significativas na dinâmica municipal. A chegada de migrantes atraídos pela construção civil e pela ocupação de cargos em setores da universidade (professores, estudantes e quadro administrativo) demandou a organização do espaço e gerou gentrificação da área central da cidade. Nesse contexto, houve a expansão e criação de bairros periféricos, como é o caso de Nova Viçosa, composto, majoritariamente, por trabalhadores e pela população de baixa renda. Essa segregação socioespacial perdura até os dias atuais à medida que seus habitantes são submetidos à dependência ao centro em relação à prestação dos serviços básicos, como o acesso a escolas que oferecem o Ensino Médio. Em 2018, surgiu no bairro uma iniciativa de cursinho pré-vestibular com o intuito de contribuir com o acesso de seus moradores ao ensino superior. Nesse sentido, este capítulo relata a experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa, projeto vinculado ao terreiro de candomblé *Ylê Axé Omo Ayê ati Omim*, no qual foi possível constatar a participação expressiva de trabalhadores em seu quadro de educandos, a fim de compreender as motivações e desafios enfrentados pelos integrantes dessa iniciativa, sobretudo os educandos-trabalhadores.

2.1. Uma nova Viçosa para a Universidade: expansão social e marginalização frente à federalização

Desde sua criação, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), na década de 1920¹⁸, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) tem impactado o processo de

¹⁸Sua criação foi prescrita pelo Decreto n. 6.053, em 30 de março de 1922, por Arthur da Silva Bernardes então Presidente do Estado de Minas Gerais. Sua inauguração ocorreu em 28 de agosto de 1926, também pela figura de

configuração socioespacial da cidade de Viçosa, Minas Gerais. Na década de 1960, o projeto de reestruturação universitária, que vinha ocorrendo em todo o Brasil, chegou à, então, Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG)¹⁹ e promoveu também readequações entre universidade e município.

A Universidade Federal de Viçosa foi instituída pelo governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), acarretando um processo de expansão universitária que transformou a dinâmica socioespacial da cidade à medida que atraiu uma classe média, ligada à universidade (professores, estudantes e técnico-administrativos), além de migrantes e trabalhadores instigados pela construção civil que se expandia. Com a necessidade de habitação e a ampliação da procura, jornais da época noticiavam os apelos por parte das camadas universitárias “a fim de que construa hotéis, pensões, apartamentos e casas, para que a Universidade possa continuar mantendo o funcionamento normal de seus cursos” (FOLHA DE VIÇOSA, 1975, s/p). Assim, o núcleo funcional da cidade passou a se desenvolver às margens do *campus* universitário.

Diante disso, o poder público municipal precisou se planejar para prover meios de organizar o território. O resultado foi uma legislação que ia se construindo sob os interesses do empresariado do setor imobiliário, que precisava expropriar a área central das camadas pobres para prover ambientes para as classes ligadas à Universidade. Os jornais locais alertavam para os problemas sociais das favelas nas áreas centrais a partir do exemplo do Morro Rebenta Rabicho que expandindo-se expandia à época.²⁰

Se enriqueceram, dia a dia, em problemas de saúde, de alimentação, de vestuário, de escola, de dinheiro, de tudo. É que fornecem o grande contingente diários de casos que vão à delegacia de polícia da cidade. É urgente que se faça alguma coisa. (...) (FOLHA DE VIÇOSA, 1971, s/p).

Nesse sentido, as propostas legislativas preocupavam-se em “proteger o coração da cidade de Viçosa” (COELHO, 2013, p. 34) e os autores se justificavam destacando a má impressão que a paisagem de precariedade passava. Por fim, sob a gestão do prefeito Carlos Raymundo Torres (1971-1973), em dezembro de 1971, foi promulgada a Lei Municipal n. 609/71 que proibiu a construção de casebres no centro da cidade.

Arthur Bernardes que à época ocupava o cargo de Presidente da República, e suas atividades foram iniciadas em 1927 contemplando o ensino fundamental e médio e, posteriormente, foram agregados o Curso Superior de Agricultura (1928) e Veterinária (1932).

¹⁹Em 1948, o governo do estado de Minas Gerais transformou a ESAV em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, UREMG, a fim de desenvolver a Escola agregou nos cursos já existentes a Escola Superior de Ciências Domésticas, pela Escola de Especialização (pós-graduação), Serviço de Experimentação e Pesquisa e Serviço de Extensão.

²⁰Atualmente, bairro Sagrado Coração.

Assim, houve, por força da lei, a expansão e a criação de bairros periféricos destinados a abrigar as camadas mais pobres. Portanto, é possível notar que

este rápido processo de urbanização não foi acompanhado de políticas públicas de ordenamento do território, nem de provimento de infraestrutura e serviços urbanos na quantidade e qualidade necessárias. Pelo contrário: o déficit de urbanidade, que já era significativo, aumentou exponencialmente. A cidade fragmentou-se ainda mais e seu território ficou marcado pela desigualdade socioespacial, pela ilegalidade e pela injustiça urbana (PAULA, 2019, p.75).

É nesse contexto que, em setembro de 1978, foi inaugurado oficialmente o bairro Nova Viçosa, localizado na região sudoeste do município, a 5 km do centro de Viçosa²¹, sendo seu espaço derivado de um agrupamento de propriedades rurais, como a Fazenda da Coelha e Posses. A distribuição dos lotes e moradias, à época, foi caracterizado pelos preços baixos, pagamento facilitado e doações concedidas, em grande parte de forma irregular.²² Devido à infraestrutura e localização²³, os valores dos lotes nesta localidade eram até dez vezes mais baixos do que em outros bairros, como Santa Clara e Santo Antônio (COELHO, 2013).

A construção do bairro de Nova Viçosa neste período consistiu no maior empreendimento ligado à Construtora e Incorporadora Chequer²⁴ e à figura do empresário Antônio Chequer (1932–1997), prefeito da cidade entre os anos de 1973 e 1977 e, posteriormente, entre 1989 e 1992, pelo MDB. Nas palavras de Chequer:

Eu senti que devíamos construir um bairro grande e que tivesse mercearia, tivesse escola, tivesse mini posto de saúde, de polícia, que tivesse tudo lá. E que houvesse facilidade para construir uma casa, que infelizmente em Viçosa, você sabe, a topografia é muito ruim. Então nós precisávamos de um lugar com a topografia boa. E eu tinha essa fazenda lá, com oitenta e poucos alqueires e resolvi fazer cerca de quatro mil lotes onde eu distribuí com a classe pobre. (...) Que eu levei muitos lá pra ver Nova Viçosa antes de ser e todos diziam assim: ‘ – Isso aí da um belo cafezal!’, eu fechava os olhos e dizia: ‘isso dá um belo loteamento para os pobres!’ (CHEQUER, 1989 *apud* SANTOS, 1991).

²¹Há duas vias de acesso: uma, a principal, pelo bairro de Fátima e outra pelo bairro Santa Clara.

²²À guisa de conhecimento, até os dias atuais, a maior parte das propriedades seguem sem registros de imóveis, segundo dados expostos no estudo de Dias *et al.* (2011). Destaca-se também, a partir da pesquisa de Silva (2014), que não são oferecidos imóveis localizados neste bairro para aluguel ou venda, nas imobiliárias presentes na parte central da cidade.

²³A construção da BR-120, em 1978, foi fator de valorização do espaço, pois propiciou maior facilidade de acesso e, com efeito, conferiu centralidade a outros lotes.

²⁴Este empreendimento faz parte de um conjunto de outras empresas de setores imobiliários e de construção civil. Estas pequenas empresas se tornam protagonistas no processo de criação de lotes de terras que, posteriormente, se tornariam parte da área urbana. Com o sucesso da expansão imobiliária, a Construtora Chequer ganhou destaque, sobretudo por meio da figura do empresário e político Antônio Chequer.

O fato de ocupar o cargo executivo do poder público municipal ilustra que, além do interesse econômico, Antônio Chequer utilizava de seu carisma para estabelecer relações clientelistas com as populações subjugadas. Isto é, ao prover ‘o mínimo’, angariava apreço e apoio político em meio às classes subalternas (CARVALHO, 1997). O “belo loteamento” construído pelo empresário Chequer, no entanto, não contou com investimentos do setor público, além de apresentar condições mínimas ou precárias de saneamento, energia elétrica e pavimentação. À época, os moradores se organizavam por meio da Associação de Moradores de Nova Viçosa e Posses, criada em 1982, e pela Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV)²⁵, criada em 1980, espaços utilizados como meio de mobilização e denúncia às autoridades a respeito dos problemas estruturais e sociais enfrentados pelo bairro, em busca de atendimento e acesso a serviços básicos.

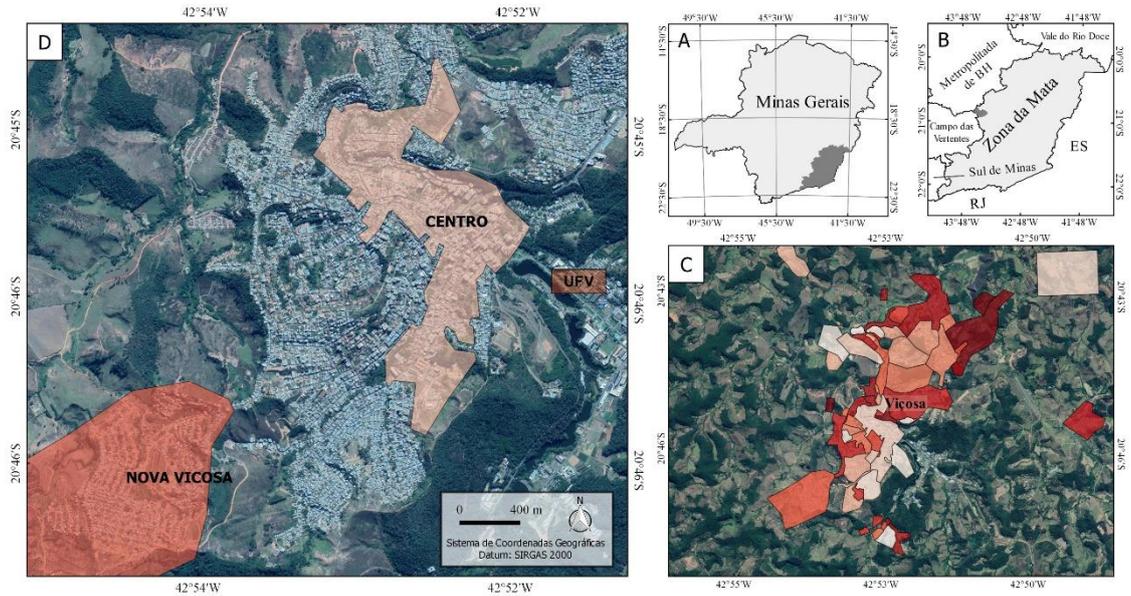
Figura 3: Bairro Nova Viçosa (1978)



Fonte: COELHO (2013).

²⁵A associação está ligada à Pastoral de Oração de Viçosa (POV) que, com sua criação em 1980, tinham o intuito de organizar grupos de oração que, posteriormente, organizaram ações de caridade em bairros carentes de Viçosa-MG.

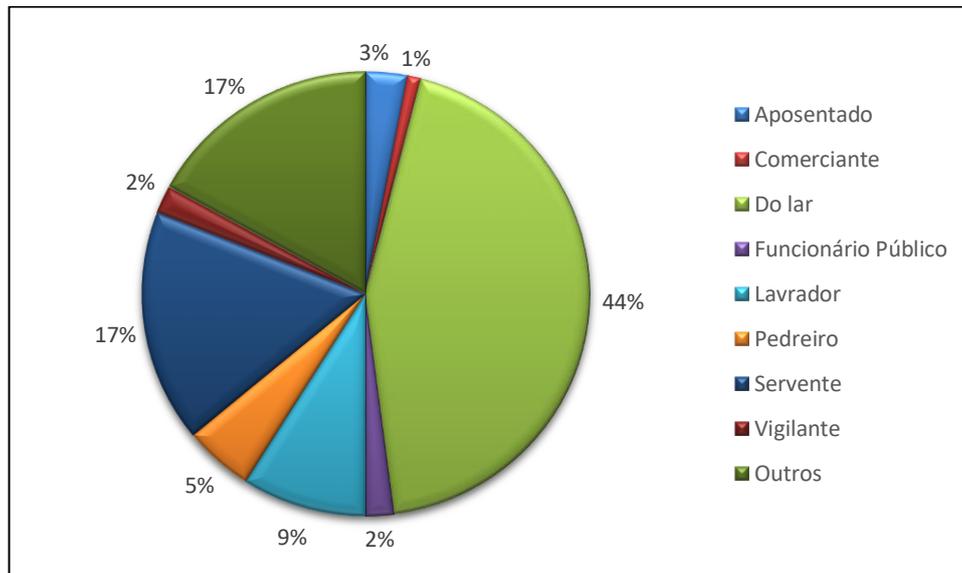
Figura 4. Localização do bairro Nova Viçosa em relação ao centro e à UFV



Fonte: Google Earth. Elaborado pela autora.

O perfil profissional dos moradores do bairro de Nova Viçosa à época de sua inauguração (gráfico 6), aponta que a classe trabalhadora presente no bairro era diferente daquela que angariava habitações no centro da cidade. Os postos de trabalho ocupados eram de menor prestígio, menor remuneração e necessidade de instrução, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 6. Composição dos moradores do bairro Nova Viçosa a partir de suas profissões.



Fonte: COELHO (2013, p.58).

Sobre a UFV, fica nítido que, até a atualidade, a instituição mantém uma relação mais afinada com o poder público municipal do que com os cidadãos em si. Ainda que promovam eventos e parcerias com vistas à promoção social da comunidade viçosense, estes ocorrem, via de regra, nas áreas centrais da cidade. Outros projetos de extensão ligados à Universidade, por sua vez, são constantemente realizados em áreas periféricas da cidade, mas algumas críticas revelaram os limites dessas ações.

A periferia quase não sabe onde é a UFV, muitos chamam ela de escola. Não sabe o tanto de curso, não sabe a importância. Sabe que é bonito, vez ou outra na vida passeou por ali. Quando comecei alguns projetos, eles falavam “ah, o estudante vem aqui e depois abandona a gente”, começa o projeto e vai embora (VEREADORA).

Além disso, as condições de segregação socioespacial mantiveram os moradores do bairro Nova Viçosa (e dos bairros periféricos, em geral) distantes dos corredores universitários. No entanto, dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE-UFV) demonstram os efeitos das políticas de cotas em âmbito local.

No recorte temporal de 2010 a 2019, notamos que, em 2010, ano em que o ingresso de alunos na instituição não contava com as cotas, a taxa de matriculados oriundos de Viçosa era de 16,7 %. A partir de 2013, ano em que se deu o início da implementação da lei 13.701/2012, o número subiu para 19,9 % e, ainda que com sensível decréscimo, em 2019 esse número foi de 18,6 %. Ressalta-se também que o aumento da taxa foi perceptível em 2012, ano em que o ENEM passou a ser critério para ingresso, no qual a porcentagem de nativos da cidade matriculados na UFV foi de 18,5 %.

2.2.Contextualização do espaço: breve diagnóstico do bairro Nova Viçosa na última década (2010-2019)

Segundo dados apresentados pelo IBGE (2010), a cidade de Viçosa possui 72.220 habitantes²⁶, dos quais, aproximadamente, 4.867 residem no bairro Nova Viçosa, que conta com 77 ruas, 3.034 lotes e 1500 domicílios. Quanto aos serviços públicos ofertados, o bairro conta com um posto de saúde – Programa Saúde da Família (PSF), uma escola municipal, templos religiosos e associações religiosas de assistência social como a Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV) e o projeto Rebusca. Em relação às

²⁶A estimativa no ano de 2019 era de 78.846 habitantes, segundo IBGE.

atividades comerciais, há bares, açougues, pequenos mercados, mercearias e farmácia. No entanto, devido à pouca variedade e os preços mais altos, os moradores costumam buscar os comércios na área central da cidade.

Além disso, as opções de lazer se restringem à praça Antônio Chequer, situada na área central do bairro, campos de futebol improvisados e a quadra da escola. Ao observar a composição do bairro, foi possível notar que as ações do poder público, como calçamento, iluminação adequada e saneamento se concentram no entorno da praça (figura 3), já em áreas mais distantes (figura 4), pouco se avança nessa questão. As narrativas confirmam, para além disso, a precariedade no trato e na atenção dos órgãos públicos quando se compara o bairro ao centro da cidade.

A relação é fraca, muito tênue, sem investimentos. Sem infraestrutura mas o que eu falo é de projetos nos bairros então o poder público por causa das suas limitações vai pouco lá, prefere fazer no centro e as pessoas se deslocarem pra vir pra cá. (VEREADORA).

Existe uma certa negligência por parte do poder público, não só com o bairro aqui mas com os bairros periféricos, né? (...) sempre existe uma atenção maior pra região central da cidade e não só em termos de serviço de limpeza mas também de infraestrutura. E os bairros ficam sempre mais pra depois, se der pra fazer a gente faz e quando der. Existe um certo descaso, poderia haver uma melhor atenção pros bairros com infraestrutura (EDUCANDO 3).

Figura 5. Bairro Nova Viçosa (2016)



Fonte: Jornal Folha da Mata (2016)

Figura 6. Praça "Antônio Chequer", área central do bairro Nova Viçosa



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Figura 7. Ruas em áreas mais distantes da área central do bairro Nova Viçosa



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

Dados apresentados pelo Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável (CENSUS) em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Viçosa (2014), demonstraram que o bairro figura entre aqueles com uma taxa ainda alta de indivíduos sem instrução (tabela 1) e onde se situa o menor valor de renda *per capita* (tabela 2), ao passo que é a localidade com a menor taxa de desempregados (tabela 3).

Tabela 3. Taxa de habitantes alfabetizados com idade igual ou maior a 15 anos por bairro de Viçosa-MG

Região	Pessoas com idade = ou > a 15 anos	
	Alfabetizado (%)	Sem instrução (%)
Centro ²⁷	96,28	3,72
Acamari	96,30	3,70
Bom Jesus	95,96	4,04
Nova Viçosa	89,91	10,09
Fátima	94,56	5,44
Lourdes	94,41	5,59
Santa Clara	93,36	6,64
Passos	93,53	6,47
Santo Antônio	94,35	5,65
Nova Era	95,55	4,45
Amoras	90,10	9,90
Silvestre	94,22	5,78
Fundão	90,00	10,00
Cachoeirinha	87,00	13,00
Total	93,73	6,27

Fonte: CENSUS (2014). Adaptado pela autora.

Nesse aspecto, cabe ressaltar a presença de apenas uma escola no bairro a qual oferta apenas o ensino fundamental e que se caracteriza pela parca infraestrutura. Segundo a Secretaria de Educação do município, ao fim desse ciclo, é oferecido aos estudantes transporte para que façam o ensino médio em escolas estaduais presentes fora do bairro. Em seu estudo, Silva (2015) aborda os efeitos da segregação espacial na formação educacional dos estudantes residentes do bairro.

Foi verificado que as escolas que mais absorvem os alunos do Nova Viçosa, são aqueles que mantem proximidade física com o bairro, especificamente, as Escolas Santa Rita de Cássia e Edmundo Alves Torres, sendo que em tais instituições, se perceberam percalços de diversas ordens, entre os dominantes, ressalta-se a estigmatização dos alunos, elevada rotatividade docente, IDEB reduzido, e sobretudo, os altos números de evasões e desistências (SILVA, 2015, p. 136).

Além disso,

²⁷Localização formada pelo conjunto de bairros: Centro, Ramos e *Campus* UFV.

A necessidade de ingressar no mercado de trabalho, a distância do bairro até a instituição de ensino, gravidez, impossibilidade de custeamento do transporte, atuam respectivamente, como agentes limitadores do desenvolvimento educacional dos alunos residentes no bairro (SILVA, 2015, 136).

Tabela 4. Indicadores de renda por bairro de Viçosa-MG

Região	Rendimento escolar	
	Renda média	Renda per capita
Centro	4.635, 57	1.638, 01
Acamari	6.178,22	1.735,40
Bom Jesus	2.281,85	669,16
Nova Viçosa	1.387,40	384,32
Fátima	3.043,37	916,68
Lourdes	4.002, 68	1.356,84
Santa Clara	2.074,15	577,76
Passos	2.285,66	721,03
Santo Antônio	2.960,34	916, 51
Nova Era	2.175,71	684,19
Amoras	1.873,38	541,44
Silvestre	2.656,68	819,96
Fundão	1.967,77	515, 12
Cachoeirinha	1.709,27	491,17
TOTAL	2.742,16	830,96

Fonte: CENSUS (2014). Elaboração da autora.

Acredita-se que o número expressivo de habitantes sem instrução aliado à baixa renda média e *per capita* apresentada auxiliam na identificação do perfil profissional dos moradores do bairro, sendo eles ocupantes de postos de trabalho que demandam mínima formação e oferecem baixos salários. As narrativas, que serão apresentadas no item seguinte apontam para a necessidade de vender sua força de trabalho em detrimento de sua formação educacional. Isso pode ser comprovado ao notarmos que a taxa de desemprego entre eles é menor que a taxa de indivíduos alfabetizados.

Somado a isso, o fator renda potencializa a segregação socioespacial à medida que os moradores do bairro têm seu acesso ao espaço urbano muitas vezes limitado às atividades laborais. Isto é, “apesar de se deslocarem para trabalhar não fazem uso do espaço urbano para outros fins já que não podem pagar por esse serviço” (SILVA, 2015, p. 79).

Tabela 5. Taxa de desemprego por bairro de Viçosa-MG

Região	Taxa de desemprego (%)
Centro	5,45
Acamari	5,05
Bom Jesus	8,76
Nova Viçosa	3,72
Fátima	6,25
Lourdes	7,62
Santa Clara	9,81
Passos	15,55
Santo Antônio	5,35
Nova Era	5,68
Amoras	6,09
Silvestre	3,67
Fundão	13,33
Cachoeirinha	18,85
TOTAL	7,27

Fonte: CENSUS (2014). Elaboração da autora.

Os dados acima ajudam a entender algumas das razões pelas quais a iniciativa da criação de um cursinho pré-vestibular ocorreu no Bairro Nova Viçosa.

2.3. O papel dos cursinhos populares na luta por acesso ao ensino superior

Na década de 1950, no Brasil, tomou espaço a educação popular, cujo objetivo era atribuir à educação um sentido cultural e político, superando o caráter técnico dos sistemas de ensino tradicionais.

A educação popular promove a cidadania, emancipação humana, uma cultura democrática e solidária e norteia-se pela liberdade, para além da liberdade da ideologia liberal/neoliberal. Ela se apresenta como construção coletiva de resistência, de enfrentamento às imposições políticas educativas oficiais e como negação da negação ao direito à educação. (BATISTA, 2005, p. 7)

Nesse sentido, diante da luta por vagas no ensino superior, surgem os cursinhos populares enquanto alternativa de formação técnica para os exames de vestibular mas, ao mesmo tempo, humana no movimento dialético de reconhecimento e superação das contradições sociais. Desde suas primeiras iniciativas, datadas de meados de 1940 e década de 1950, até os dias atuais, os cursinhos populares se organizam de múltiplas maneiras e por diversos setores sociais.

Setores da sociedade civil, como a ‘ala esquerda’²⁸ da igreja católica no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e o movimento negro organizaram projetos com vistas ao acesso das camadas populares nas universidades e outros espaços. O EDUCAFRO- Educação para Afro-descendentes e Carentes, por exemplo, teve início na Baixada Fluminense, na década de 1980, “a partir da constatação da ausência do negro em cargos de prestígio no mercado de trabalho, na representação política e nas universidades públicas.” (CASTRO, 2005, p. 49). Atualmente, o EDUCAFRO está presente em diversos estados brasileiros, como São Paulo e Minas Gerais.

Surgiram também diversos projetos de pré-vestibular para camadas populares no interior das universidades, como o “Cursinho da Poli” e o “Cursinho CAASO”. No primeiro caso, foi uma iniciativa de estudantes de cursos de engenharia da Universidade de São Paulo para oferecer um curso preparatório para os que tinham interesse em estudar na Escola Politécnica da USP mas, segundo Castro (2005), rapidamente ampliou para todos os que almejavam o ensino superior. Esse projeto teve início na década de 1950 e a partir de 1987 passou por reformulações e hoje atende com material e espaço próprios.

Por sua vez, o Cursinho CAASO foi idealizado, em 1957, por discentes da USP-São Carlos e membros do Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira, com a intenção de sanar dificuldades em exatas dos recém ingressos na USP, a ideia se expandiu e passou a contar não apenas com o cursinho mas também com supletivo e colégio. Cabe ressaltar, que essas iniciativas foram criticadas por contradições como cobrar mensalidade por um serviço ofertado em espaço público, como aponta Castro (2005).

Outro exemplo de iniciativa no interior das universidades, é o Curso Pré-Vestibular da Universidade Federal de São Carlos (CPV-UFSCar), iniciado em 1998, foi idealizado por moradores dos alojamentos da UFSCar e atendiam alunos com ensino fundamental e médio concluídos em escola pública. Nos primeiros anos de 2000, contou com o apoio da universidade e com a coordenação da professora Ana Luiza Perdigão (que participou da criação do CAASO) e, no mesmo período, recebeu investimentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (CASTRO, 2005, p.37).

Em Viçosa, desde 1998, existe o projeto denominado Cursinho Popular do DCE (CPDCE-UFV), projeto autônomo organizado por estudantes de diversos cursos de graduação e apoiado institucionalmente pela Pró-reitoria de Ensino (PRE-UFV) que, por meio da Diretoria

²⁸ Destacamos a atuação de grupos como Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC) que tinham como referenciais os ideólogos da Teologia da Libertação e Paulo Freire e seu método educacional.

de Assuntos Comunitários (DIP-UFV), oferta bolsas de monitoria nível I para os educadores. Somado a isso, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PEC-UFV) oferta bolsas aos coordenadores e a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PCD-UFV) bolsas de iniciação profissional aos secretários.²⁹

Até o ano de 2015, as atividades eram realizadas no Colégio de Aplicação- CAP-COLUNI. Atualmente, a secretaria funciona na sala 107 (Assessoria dos Movimentos Sociais) do Centro de Ensino e Extensão (CEE-UFV), espaço onde também ocorrem as aulas de segunda a sexta-feira, das 18 às 22 horas. Também a partir de 2016, houve mudanças na seleção dos estudantes; antes, a responsabilidade era da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários que exigia diversos documentos comprobatórios da situação sócio- econômica. Atualmente, as inscrições são feitas diretamente pelos colaboradores do CPDCE a partir da entrega de documentos e de um questionário respondido na pré-inscrição. A partir de então, as vagas são distribuídas por grupos representativos (negros, indígenas, etc) e preenchidas por meio de sorteios públicos, afim de tornar o processo mais democrático.

Ainda que o CPDCE configurasse uma alternativa de cursinho pré-vestibular gratuito, a distância entre o bairro de Nova Viçosa e a UFV tornou-se um fator limitante. De tal forma, nos chamou atenção uma iniciativa autônoma de cursinho popular no bairro e sem qualquer vínculo com a Universidade.

O projeto denominado Cursinho Popular Nova Viçosa (CPNV) teve sua origem no terreiro de candomblé *Ylê Axé Omo Oba Ayê*,³⁰ coordenado por Marisa da Silva Paz (Mãe Marisa Paz), contando com o apoio de estudantes da Universidade Federal de Viçosa que integram o terreiro. Em entrevista, a coordenadora contou que a proposta surgiu durante uma gira³¹ em 2017.

Quem propôs foi uma entidade do terreiro, entendeu? Foi em 2017 isso. Um belo dia estava tendo uma sessão e logo depois que eu desencorporei me vieram com o recado de que minha pompa gira Maria Molambo já tinha conversado com os filhos de santo da casa e ela já tinha arrumado todos os voluntários dentro aqui da casa mesmo e falou “vamos criar o cursinho preparatório pro Enem” (COORDENADORA).

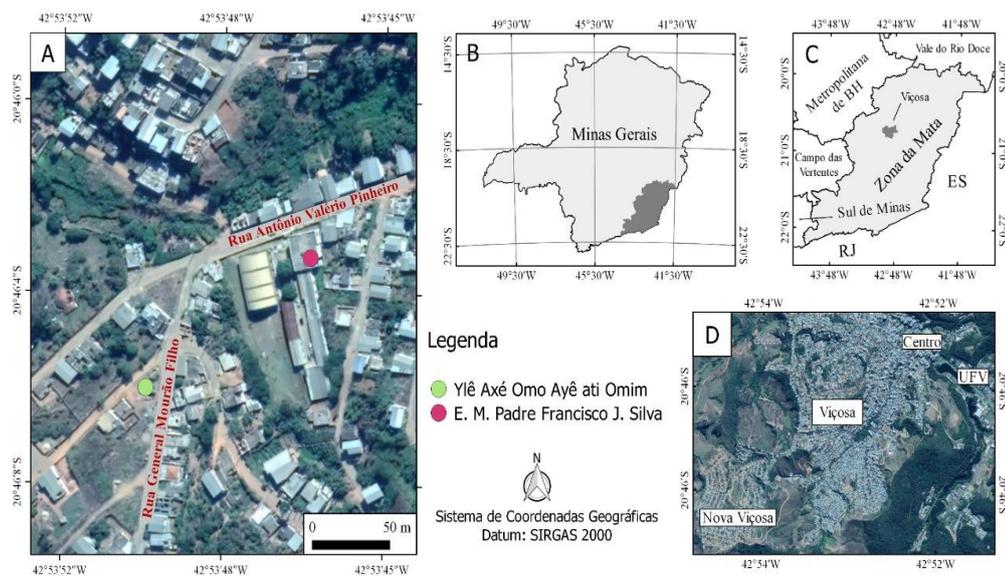
²⁹ No ano de 2018, o levantamento feito apontou que o quadro de colaboradores contava com 14 educadores bolsistas, dois coordenadores, dois secretários e 7 educadores voluntários. Todos matriculados regularmente nos cursos da UFV.

³⁰Atualmente, *Ylê Axé Omo Ayê ati Omim*.

³¹Momento de agrupamento e encontro de entidades religiosas que se manifestam por intermédio/incorporação de médiuns.

O projeto contou também com aporte do poder público municipal a partir de tentativas de apoio junto ao prefeito Ângelo Chequer (PSDB) e da vereadora Brenda da Silva Santunioni (PP). Por consequência, o cursinho conseguiu vales-transportes para os educadores e a impressão de apostilas na Câmara de Vereadores de Viçosa. Junto à Secretaria de Educação do município, obteve também autorização para utilizar uma sala de aula na Escola Municipal Padre Francisco José da Silva. Além disso, houve a tentativa de se conseguir bolsas de estágio financiadas pela prefeitura para que os educadores pudessem desenvolver seus trabalhos. Entretanto, segundo a coordenadora, o prefeito Ângelo Chequer argumentou que a negativa se deu pela crise econômica que permeava os cofres públicos, sendo o principal empecilho para um maior apoio do poder municipal.

Figura 8. Localização do *Ylê Axé Omo Ayê ati Omin* e da Escola Municipal Padre Francisco José da Silva (Bairro Nova Viçosa, Viçosa-MG)



Fonte: Google Earth.Elaboração da autora.

Figura 9. Entrada da Escola Municipal Padre Francisco José da Silva



Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

Segundo os relatos, houve um encontro com todos os envolvidos (educadores e coordenação) para construção das diretrizes organizacionais a partir de um documento. O objetivo do projeto, de acordo com o artigo terceiro de seu estatuto, é contribuir com aqueles que prestarão processos seletivos e que não possuem condições para pagar cursinho particulares. Além disso, “há o objetivo também de contribuir na formação política de seus participantes, motivando-os a integrarem-se de forma ativa às questões pertinentes à sociedade” (ESTATUTO CPNV, 2018, s/p).

Educadores relataram, de maneira geral, que um dos contatos com a educação popular foi a partir da proximidade com membros do CPDCE. No entanto, nos chamou atenção que, ao contrário do que ocorria no CPDCE, os movimentos sociais e estudantis não demonstraram interesse em contribuir com a iniciativa no Nova Viçosa.

Não, nunca entraram em contato não. Os professores aqui até tem contato com eles mas lá na universidade. A gente tem o CPDCE como uma referência, né mas aqui mesmo é nós por nós, tem os voluntários que não são do terreiro mas movimento mesmo não vem aqui não. (COORDENADORA)

Esse aspecto nos parece contraditório a medida que os discursos propalados por esses grupos são justamente voltados para a valorização da integração da cidade (principalmente, áreas periféricas) com a universidade. Ora, a distância parece tão simbólica quanto geográfica, sobretudo a distância entre o discurso e a prática.

2.4. A experiência do Cursinho Popular Nova Viçosa: vivência, diálogos e perspectivas

Em abril de 2018 tiveram início as aulas do CPNV e sua primeira turma contou, no princípio das atividades, com 23 educandos. Ao final do período letivo, restaram 10 alunos, sendo que 6 deles foram aprovados na UFV. Em relação às especificidades dos educandos que compunham as aulas, foi expressivo o número de trabalhadores e sujeitos oriundos de bairros adjacentes (Posses e Bom Jesus). Ainda sobre o perfil dos estudantes:

Bem periférico! São pessoas simples mesmo, sem condição. Pessoas da periferia mesmo; e muitos deles assim... a questão que é interessante é que são trabalhadores, entendeu? São pessoas que muitas vezes sai do serviço e aí chegavam em mim e falavam: “ó, Marisa, o cursinho é seis e meia mas eu só consigo tá aqui sete e meia porque é o horário que consigo sair do serviço e chegar aqui. Então sempre teve muito isso (COORDENADORA).

Reparei em trabalhadores mas em desempregados também, mas procurando emprego. As vezes nem queriam tentar para a UFV mas tirar o ensino médio pelo ENEM enquanto ainda dava. A faixa de idade era de uns 25 a 30 anos mais ou menos (EDUCADORA 1).

As entrevistas sinalizaram que, ao mesmo tempo em que retomam esses espaços, estimulados por melhores perspectivas profissionais, as demandas do mercado os limitam em relação aos estudos.

eu não trabalhava quando comecei aí depois eu tive que sair do cursinho porque comecei a trabalhar a noite aí não pude continuar no cursinho. Eu tive que sair porque era no mesmo horário, eu não consegui emprego de dia então tive que trabalhar a noite. (EDUCANDA 1).

Para quem trabalha, uma oportunidade é suficiente. Cansa mas quando quer mesmo, o cansaço vale a pena (EDUCANDA 4).

Chamou atenção que os educandos-trabalhadores objetivavam concursos públicos como meio de ascensão profissional mais aligeirada em relação ao período de uma graduação. A preocupação, portanto, é com a melhora de condição econômica e não com a formação intelectual em si, endossando o consenso da educação reduzida à produção econômica.

Em relação ao acesso ao ensino superior, as falas expressaram a importância das políticas públicas enquanto um fator de efeito na decisão de estar em sala de aula. Ações governamentais, mormente o ENEM e as cotas, foram reconhecidas como oportunidades de acesso.

Eu acho que faz diferença sim por conta da concorrência. Então as políticas públicas, no caso, de uma limitada no fator concorrência. (...) É a dificuldade, né? Por ser muito concorrido as pessoas tendem a desanimar pela dificuldade do processo seletivo (EDUCANDO 3).

Meus pais me estimularam muito, na época deles era o vestibular então nem tentaram porque era mais difícil principalmente pra quem tinha que estudar e trabalhar, não tinha tempo de estudar tanto e as provas eram mais difíceis, eu acho (EDUCANDA 5).

quando a gente ouve a palavra democratização, logo a gente pensa nela em sua essência, né? No caso, que se refere a direitos para todos e todas. E olhando nesse âmbito universitário não pode ser diferente, não tem como ser diferente, sabe? Então eu acho que com a chegada do ENEM, do SISU e, principalmente, da política de cotas de certo modo foram como se portas estivessem sendo abertas pra gente. Porque imagina só como era muito mais difícil antes, hoje ainda é difícil (...) A cota garante o espaço totalmente para nós que somos pretos, pardos e indígenas e é realmente importante porque é realmente como se dissesse: “olha, vocês precisam ser enxergados, aí dentro tem sim inteligência, tem vontade de mudar o mundo” (EDUCANDA 2).

As narrativas também demonstraram a materialidade da cultura hegemônica ao estabelecer um consenso a respeito dos lugares dos trabalhadores e do conformismo em relação à superação dessa condição. Ao mesmo tempo, revelaram a importância dos espaços formativos e de socialização enquanto meios de conscientização.

Na realidade assim muitos dos educandos que participaram do cursinho eu acho que ainda tem muito daquela coisa antiga que a sociedade colocou na cabeça das pessoas ‘ah, porque é pobre, porque é da periferia não tem direito a um ensino bom, a uma qualidade de ensino legal, entendeu? Então assim muitas pessoas que eu pude perceber no ano passado foi essa questão, sabe, parece que eles enxergam as quatro pilastras como um outro mundo e um mundo inalcançável, entendeu? Então assim muitas pessoas, muitos alunos, muitos educandos aí eu percebia que até veio, se inscreveu para poder tentar mas já vinha naquela de ‘não vou conseguir’ e durante o ano foi tido que ser feito um trabalho muito bom na cabeça dessas pessoas pra eles não desistirem.

A pessoa, sabe, muitas vezes acaba dando prioridade pra questão do “ah, eu tenho que trabalhar”, “ah, eu tenho que manter minha casa” então, assim, o Enem fica pra depois, o ensino fica pra depois. E também essa questão do “ah, eu não vou conseguir, eu sou pobre, eu moro na periferia, eu tenho que trabalhar e não estudar”, entendeu? (COORDENADORA).

Essas falas sinalizam que, “apesar das idas e vindas da consciência e da ação, os grupos subalternos articulam em si o mecânico e o dialético como momentos distintos do crescimento da consciência” (COELHO e MARI, 2016, p. 133). Notadamente, houve um constante movimento de *práxis* na dinâmica de socialização e do processo formativo que lançam luz às contradições do senso comum.

Não tinha um momento ou um espaço da aula para falar especificamente de política mas eles [alunos] traziam questões, comentávamos assuntos polêmicos também mas era tranquilo. O foco era mais o conteúdo para o ENEM. (EDUCADORA 1)

Acreditamos que esse consenso e o conformismo em relação aos lugares que lhes são impostos no estrato social estão ligados também ao fato de os entrevistados conhecerem pouco ou nada da história do bairro. Para Gramsci, se as relações sociais são construídas a partir de condições históricas, as classes dominantes criam mecanismos de apagamento, silenciamento e esquecimento das lutas dos subalternos, apropriando-se e ressignificando, tornando sua concepção de mundo homogênea.

Pode-se dizer que, por isto, que o elemento da espontaneidade é característico da “história das classes subalternas”, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe “para si” e que, por isto, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela. Existe, portanto, uma “multiplicidade” de elementos de “direção consciente” nestes movimentos, mas nenhum deles é predominante ou ultrapassa o nível da “ciência popular”, de um determinado estrato social, do “senso comum”, ou seja, da concepção de mundo tradicional deste determinado estrato (GRAMSCI, 2007, p. 194).

Especialmente, no caso de Nova Viçosa, o comportamento dos moradores caminhou para o conformismo. Em síntese,

ao analisarmos o nascimento deste bairro consideramos que se construiu uma narrativa de origem cujo intuito era resolver, ao nível simbólico e imaginário, as tensões, os conflitos e as contradições da realidade social vivida, ou seja, elaborou-se o mito de criação de Nova Viçosa. A construção deste mito ocorreu no momento de crescimento da cidade e de luta pela habitação. (...) Portanto, a história de Nova Viçosa revela a construção de um espaço à parte, segregado, fora da cidade, que de tão naturalizado, parece não fazer parte da própria história da forma da cidade de Viçosa. Enxergada como tal, a história de formação do bairro, parece não fazer parte de um jogo social que definiu projetos e práticas de exclusão e segregação dos pobres (COELHO, 2013, p.78).

Ainda nesse sentido, as entrevistas mostraram o reconhecimento em relação ao trabalho empenhado pelo projeto no ano anterior, mas chama atenção o fato de que, em 2019, a realidade se mostrou outra. O número de inscritos diminuiu e, com a baixa frequência, as aulas foram suspensas ainda no primeiro semestre, no mês de maio. Duas explicações foram levantadas à luz das entrevistas: o preconceito religioso e as condições de trabalho.

Esse ano acabou dessa forma, infelizmente, ano passado as pessoas não sabiam que o cursinho saiu de dentro de um terreiro de candomblé e esse ano as pessoas me conhecem, as pessoas já sabem e ficaram muito com esse preconceito (COORDENADORA).

O que explica é que essa geração que tá precisando disso quer tudo muito na mão. Ai o cursinho já é no bairro da pessoa, é na mão. Mas aí tem descrença por ser na escola

do bairro, por ta ali dentro, por ser feito por um centro de umbanda. Um preconceito que queira ou não queira é notório no país (VEREADORA).

E ainda,

Tem a questão de as vezes a pessoa da periferia achar que as coisas boas estão no centro e as vezes deixa de vê que na cara dele tem oportunidade (COORDENADORA).

Mais uma vez, é nítida a reprodução de narrativas contraditórias ao interesse de classe e são uma concepção, portanto, “tomada emprestada de outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual” (GRAMSCI, 1999, p.97). Em relação ao trabalho, as justificativas apontavam para o cansaço e os horários dos “bicos” no turno da noite como empecilhos para a presença nas aulas.

Sobre o espectro religioso, Gramsci (1999) nos revela que a dimensão religiosa se expressa como sustentáculo da cultura hegemônica, pois incide nas relações sociais estabelecidas produzindo consenso. “A força das religiões sentem intensamente a necessidade de união doutrinária de toda a massa “religiosa” e lutam para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos inferiores” (GRAMSCI, 1999, p. 98).

O bairro é, majoritariamente, composto por cristãos protestantes e foram reportados outros relatos de intolerância religiosa em diversos espaços como, por exemplo, a escola. Acredita-se, pois, que essa dinâmica de afastamento devido à religiosidade, está vinculada ao fenômeno de avanço do neopentecostalismo.

De acordo com Silva (2007, p. 208), este movimento de cunho religioso surgiu no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960 e distinguiu-se pelas estratégias de proselitismo e conversão a partir da “cura divina”. A atualização do termo urge da ênfase (e acirramento) do

abandono (ou abrandamento) do ascetismo, valorização do pragmatismo, utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e de propaganda religiosa e centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações, sobretudo as afro-brasileiras e o espiritismo.

As religiões de matriz africana, no Brasil, têm suas histórias fundamentadas em resistência ao projeto colonizador por parte de africanos e seus descendentes escravizados e, portanto, vão de encontro à narrativa cultural hegemônica. Por esse motivo, essas manifestações religiosas vêm sofrendo, ao longo da história, perseguições e violências constantes.

No Brasil, ainda que desde 1890 o Estado tenha adotado o caráter laico³² e a Carta Constitucional de 1988 refere o pressuposto de não interferência religiosa nas decisões do Estado, tomam espaço no parlamento propostas do setor religioso que vão de encontro a um projeto de sociedade plural e democrática. Atualmente, esse fenômeno vem se consolidando tanto através das mídias de massa, quanto com a presença expressiva de representantes políticos desse setor, inclusive na liderança do poder executivo federal na figura do atual Presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido). Nesse sentido, de acordo com Gramsci,

pode-se dizer que toda cultura tem o seu momento especulativo ou religioso, que coincide com o período de completa hegemonia do grupo social do qual é expressão, e talvez coincida precisamente com o momento no qual a hegemonia real se desagrega na base, molecularmente, mas o sistema de pensamento, justamente por isto (para reagir à desagregação), aperfeiçoa-se dogmaticamente, torna-se uma “fé” transcendental: por isto, podemos observar que toda época dita de decadência (na qual ocorre uma desagregação do velho mundo) caracteriza-se por um pensamento refinado e altamente “especulativo” (GRAMSCI, 1999, p. 198-199).

Por todo exposto, compreendendo o atual cenário de crise democrática e ameaça aos direitos dos trabalhadores, no capítulo seguinte serão esmiuçadas as interfaces e os limites entre trabalho, educação e democracia.

³²Separação formal entre Estado e religião.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO E TRABALHO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS LANÇADOS À FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

“Digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação.” (MÉZAROS, 2005).

Para que sejam incluídos nos movimentos de globalização capitalista na contemporaneidade, países periféricos como o Brasil vêm adequando seu sistema produtivo às demandas do mercado internacional. Ainda que com avanços no primeiro decênio de 2000, em relação à ampliação do trabalho formal e à formação dos trabalhadores, as políticas públicas, quando não combinadas a mudanças na estrutura de manutenção de desigualdades, ficam à mercê dos movimentos hegemônicos.

Nessa perspectiva, o período marcado pela conciliação de classes teve fim, no Brasil, a partir do Golpe de 2016, e, desde então, reformas têm sido empreendidas no sentido de desestruturação e precarização da educação e do trabalho oferecidos à população. Assim, considerando a educação e a democracia enquanto interfaces dos sentidos atribuídos ao trabalho, este capítulo tem por objetivo explicitar os limites da formação intelectual da classe trabalhadora frente ao contexto de retomada do receituário neoliberal e a crise democrática que marca o país atualmente.

3.1. Políticas públicas e a construção do trabalho no Brasil

Desde a antiguidade o *trabalho* se constitui enquanto um termo ambíguo e paradoxal. Ao mesmo tempo em que consiste em uma atividade de expressão vital, toma também para si o traço de martírio. Na Grécia antiga, Hesíodo, em sua ode ao trabalho intitulada *Os trabalhos e os dias*³³, exaltou o trabalho e negou o ócio: “Com o trabalho os homens tornam-se ricos em rebanhos opulentos, e trabalhando serás muito mais querido dos imortais e dos mortais: muito eles odeiam os ociosos. O trabalho não é nenhuma desonra: desonra é não trabalhar” (HESÍODO, 2012, p. 93-95).

³³ “ΕΡΓΑ ΚΑΙ ΗΜΕΡΑΙ”, em grego.

Com o tempo, sustentado pelo pensamento judaico-cristão, o trabalho foi vinculado aos sentidos de sofrimento, escravidão, martírio, expiação. A emergência da Reforma Protestante e as transformações que vinham se desenhando durante a Idade Média incidiram sobre o trabalho um novo sentido, o de “espaço de aplicação das capacidades humanas” e, mais que isso, “instrumento para aquisição de riquezas e meio de sucesso no mundo terreno” (WOLECK, 2002,p.4).

Esta mudança de concepção, alinhada às transformações estruturais que iam se consolidando, tal qual a revolução agrícola e a formação dos centros urbanos, formaram as bases da passagem para a Idade Moderna, como exposto por Drews e Carloto (2014). Com o advento da sociedade moderna, à luz da ideologia do progresso, o trabalho passou a ser concebido enquanto ferramenta de desenvolvimento econômico e, por conseguinte, social. Nesta nova sociedade era preciso *negar o ócio* referendando as premissas fundamentais do mercado (*negócio*).

Para Marx, em seu contexto de transformações econômicas em curso, o trabalho, enquanto uso de força e necessidade para sobrevivência, estava ligado ao fetiche do capital que tornava a atividade compulsória e alienada de qualquer sentido de vida e prazer. Segundo Antunes (2006, p.7), “é conhecida sua referência ao trabalho fabril: se pudessem, os trabalhadores fugiriam do trabalho como se foge de uma peste.”

Ao contrário de como se constituiu na Europa, o mundo do trabalho na América Latina se edificou sob a égide da exploração de países europeus a partir da expansão colonial. Nesse sentido, no Brasil, o projeto colonizador estabelecido, como exposto por Caio Prado Jr (1966), era de acumulação de capital por Portugal por meio de um sistema escravocrata. A partir do desenvolvimento dessa empreitada colonizadora, o trabalho tomou contornos diferentes dos experimentados pelos povos originários até ali.

Este projeto imperialista da burguesia europeia resultou na exploração do trabalho indígena por meio do sistema de *encomienda* e, sobretudo, no trabalho escravo africano a partir do tráfico humano (ANTUNES, 2011). O projeto agrário-escravocrata empreendido no Brasil perdurou até o final do século XIX com a gradual transição para o trabalho assalariado e desenvolvimento de mercado interno.

O período imperial (1822-1889), por sua vez, caracterizou-se pelo modelo de mercado livre e do fortalecimento da propriedade privada. A incipiente organização trabalhista contou com duas orientações fundamentais: a disciplina laboral e a repressão da ‘vadiagem’.

Quanto mais as economias agrário-exportadoras, próprias do mundo mercantil, desenvolviam atividades relacionadas ao universo capitalista, mais necessidades sentiam de incrementar seus empreendimentos industriais. Inicialmente, portanto, a diversificação dos negócios surgiu das demandas da própria economia agro-exportadora, que carecia das indústrias têxtil, alimentícia, metalúrgica, etc (ANTUNES, 2011, p. 18-19).

Apenas na década de 1930 o trabalho ganhou proeminência a partir das políticas empreendidas pelo Estado, representado pela figura de Getúlio Vargas (1930-1945 / 1950 - 1954). Seu projeto nacional desenvolvimentista estava ligado a um novo projeto burguês, não mais centrado no modelo agroexportador, mas que, somado a ele, fosse desenvolvido o parque urbano-industrial. Este quadro é fulcral para compreender a formação de uma *nova* classe trabalhadora brasileira.

O primeiro momento, então, é marcado pelo estabelecimento de um novo sentido para o trabalho, o de “questão social” em detrimento do “caso de polícia” (ANTUNES, 2011).

Capaz de abortar o curso do Estado liberal instalado na República Velha e estabelecer as bases do desenvolvimento nacional assentado na consolidação e expansão do mercado interno. Para tanto, a constituição do Estado moderno com capacidade para guiar o projeto de urbanização e industrialização passou, inclusive, pela implantação do sistema público das relações de trabalho fundado na organização corporativa da sociedade enquanto elemento estruturante do próprio mercado nacional de trabalho (POCHMANN, 2020, p. 92).

Em 26 de novembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, órgão governamental responsável pela regulamentação e fiscalização das questões pertinentes ao mundo do trabalho. A partir de então, Vargas firmou relações próximas com os trabalhadores e fortaleceu as políticas públicas trabalhistas.

O grande marco do legado Varguista foi, sem dúvidas, a Consolidação das Leis Trabalhistas, datada de 1º de maio de 1943, promulgada pelo Decreto n. 5.452/43. Dentre o conjunto de diretrizes legislativas estavam: a limitação das horas de jornada de trabalho, instituição das férias remuneradas, 13º salário, associação sindical (ainda que seguindo o modelo corporativista subordinado ao Estado). Alinhada também aos interesses do setor produtivo, a legislação trabalhista promoveu segurança jurídica tanto para empregadores quanto empregados.

Nos grandes centros urbanos, com as demandas industriais, ganharam espaço duas vertentes: os “empregos de classe média”, isto é, caracterizados por mão de obra especializada, com salários melhores e ocupados, via de regra, por egressos das universidades; e o investimento do Estado em ensino profissionalizante destinado às classes subalternas para garantir seus lugares no ‘chão da fábrica’.

O período de Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foi marcado pela expansão do capital estrangeiro por meio da industrialização que seguiu a passos largos no Brasil. Este movimento promoveu mudanças não apenas nas estruturas produtivas, mas também na organização de classes.

Nessa época, o país conviveu com forte ritmo de expansão econômica, influenciado fundamentalmente pelo dinamismo do setor industrial, que foi responsável também pela geração de grande parte das ocupações trabalhistas, sobretudo as de maior remuneração. Concomitantemente, assistiu-se também à mobilidade de vários segmentos sociais, inclusive da maior parcela que provinha do meio rural como subproduto da modernização selvagem do campo (POCHMANN, 2012, p. 8).

Ainda que diante da metamorfose de uma sociedade agrária para urbana e industrial, a partir de meados da década de 1930, os setores agroexportadores resistiram ao processo, ao passo que apenas em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador, Lei n. 4.214, que organizava as esferas trabalhistas e sindicais do campo (CAMARGO, 1983).

Na Constituição de 1967, o trabalho aparece (Art. 157, § II) como condição de dignidade humana. Nesse sentido, é possível apontar alguns avanços em sua regulamentação: a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos termos da Lei n. 5.107/66 e a criação do Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)³⁴.

Para Simões (1986), a instituição dessas leis significou muito mais uma forma de coerção do Estado do que, propriamente, uma conquista da classe trabalhadora. Seria, então, “uma justificação ideológica oficial para exigir dos operários maior produtividade e, por outro lado, sua pacificação social” (SIMÕES, 1986, p. 92). Cabe mencionar que este período também foi marcado por importantes mobilizações operárias, tais como as greves de Contagem, Minas Gerais (OLIVEIRA, 2010) e Osasco, São Paulo (ROVAI, 2014), ocorridas em 1968. Grosso modo, as motivações para sua ocorrência estavam ligadas ao arrocho salarial imposto pelo governo militar, além da perseguição às organizações políticas como os sindicatos.

Com o movimento de redemocratização, ainda que a Constituição de 1988 estabeleça os complexos de bem-estar social e proponha o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para áreas sociais essenciais, esta cartilha confrontou-se com o neoliberalismo que se tornava forte em escala mundial.

A estrutura de classe e frações de classes sociais estabelecidas por força de intensa expansão econômica nacional que permitia constituir a sociedade urbana e

³⁴Em 1975, os programas são unificados sob a sigla PIS/PASEP.

industrial passou a ser profundamente modificada a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa e a adoção- pela primeira vez desde a década de 1930- das políticas recessivas no último governo da Ditadura civil-militar (1964- 1985) (POCHMANN, 2020, p. 93).

A década de 1990 correspondeu a um período caracterizado pelas políticas de privatização que tomaram espaço significativo, reafirmando o pacto com o capital internacional, que foi marca dos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

Seguindo a cartilha neoliberal, o governo Collor foi caracterizado por retrocessos causados por seus Planos Collor (PC) I e II. O primeiro, objetivou represar a inflação através de um processo de recessão, privatização estatal, arrocho salarial, entre outras medidas. O resultado negativo demandou a organização de um novo plano, PC II, pautado no congelamento de preços e salários, como exposto por Antunes (2005), e seus resultados foram ainda mais cruéis para as camadas populares.

Diante do quadro de instabilidade e crises econômicas e políticas, denúncias de corrupção solaparam o governo de Collor de Mello que, diante de um processo de *impeachment* em 1992, anunciou sua renúncia. Ao assumir o exercício da presidência da república, Itamar Franco (1992-1994) se viu frente a um cenário pouco otimista e, diante dele, muito pouco alterou da herança deixada por seu antecessor. De fato, Itamar Franco buscou unir setores para alavancar o país, mas a distância entre seu discurso e sua prática chama atenção.

Para trabalhadores, a continuidade do projeto neoliberal, que ia se reafirmando continuamente, fez com que a precariedade e a miséria continuassem. Franco propagou um “reformismo social” para assalariados, que se exaure no plano meramente discursivo e realiza, de fato, um programa ‘modernizador’ para proprietários do capital” (ANTUNES, 2005, p. 21-22).

Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no âmbito econômico, o Plano Real ocasionou estabilidade inflacionária³⁵.

A utilização da âncora cambial instituída no âmbito do Plano Real, que sobrevalorizou a moeda nacional, permitiu um forte movimento expansionista das importações, centrado em bens de capital e intermediários, cujos resultados foram a ampliação dos componentes na produção nacional e, ainda, a racionalização dos processos produtivos, ambos com efeitos danosos sobre o emprego (CARLEIAL, 2015, p. 204).

³⁵Os índices de preços caíram de 2500 %, em 1993 para 5,2 %, em 1997 com o controle inflacionário promovido pelo Plano Real.

No entanto, ainda que o Índice Gini tenha apresentado ligeira diminuição e estabilidade, isso não significou melhoria das condições de vida da base da pirâmide social.

Devido à abertura comercial e financeira às privatizações e a própria atração de investimentos estrangeiros diretos, o nível de concorrência internacional foi elevado no espaço doméstico. Com a contribuição da forte apreciação da taxa de câmbio, esse processo foi longe demais e tornou-se improdutivo em termos de ganhos de eficiência, resultando em falências, desempregos e desnacionalização. A regressão da estrutura produtiva foi acompanhada pela deterioração das finanças públicas (prejudicada pela estratégia macroeconômica de valorização cambial e acumulação de reservas internacionais) e pela inadequação de um sistema tributário complexo e regressivo, que assistiu a um forte aumento da carga tributária total (BIANCARELLI, 2014, p. 273).

Do ponto de vista social, os meios ortodoxos de superar crises na década de 1990, geraram o que Antunes (2005) denominou “desertificação neoliberal”. A desindustrialização que levou o PIB à taxa de crescimento de 1,5 %, em 2001, foi também acompanhada de alta taxa de desemprego, que alcançou o patamar de 20 % de uso de força de trabalho entre os anos de 2002 e 2003. Assim,

não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades (ANTUNES, 2005, p. 18).

A partir de 2003, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) sinalizava uma mudança na estratégia de desenvolvimento baseada na melhoria das garantias sociais – emprego, salário, serviços públicos essenciais – para o crescimento econômico a partir da capacidade de consumo da população. A orientação econômica foi pautada em: controle da inflação, grandes *superávits* fiscais, apreciação da taxa de câmbio e redução da dívida pública (BIANCARELLI, 2014, p. 274).

Além de medidas adotadas nesse sentido, o governo contou com o favorável cenário externo, o chamado super ciclo das *commodities*³⁶ contribuiu com o dinamismo econômico e com a realização de políticas distributivas para a base da pirâmide. No contexto doméstico, neste período, houve o aumento real do salário mínimo, programas de distribuição de renda

³⁶Este ciclo, em linhas gerais, diz respeito a um período inédito em que o crescimento acelerado da China, resultou em maior demanda de produtos exportados pelo Brasil (soja, minério de ferro, petróleo), o que gerou a valorização dos preços.

(como Bolsa Família), geração de empregos, investimentos públicos em obras (estradas, universidades, etc), entre outras ações.

De fato, com “sorte e alguns acertos” (CARVALHO, 2018), a “nova” estratégia angariou resultados exitosos que levaram o Brasil ao 6º lugar no *ranking* global de economias. Em termos distributivos,

o crescimento de renda dos pobres, entre 2001 e 2009, foi significativamente maior do que os dos ricos: os primeiros 10 % do espectro de distribuição experimentaram, em média, um aumento de 7,2 % ao ano, enquanto que para os 10 % mais ricos esta taxa foi de 1,4 %. Em termos de capacidade de consumo, esta transformação significa a ascensão de 25 milhões de pessoas da classe “D” para “C” – que no final do governo Lula representava 50 % da população ou cerca de 100 milhões de brasileiros (BIANCARELLI, 2014, p. 276).

O fortalecimento do mercado de trabalho, então, resultou em ascensão da parcela da população que se encontrava em situação de extrema pobreza. Segundo Chauí (2013), as primeiras ações³⁷ empreendidas por Lula da Silva, a frente de seu primeiro mandato, sinalizavam a proposta política que ascendia. Para a autora (2013, p.126), a partir daí “os direitos civis, econômicos e sociais são prioritários e comandam as ações técnico-econômicas”. Parece-nos mais coerente, no entanto, que as ações técnico-econômicas é que tenham estado no comando das ações governamentais, pois, ainda que com avanços exponenciais nas pautas sociais, muito pouco se alterou em relação à agenda econômica do governo que o antecedeu. Este fator aponta para uma característica preocupante, a “reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil” (POCHMANN, 2012, p.11).

Assim, ainda que os caminhos trilhados tenham sido diferentes, apontam para os mesmos objetivos. O governo de Lula da Silva optou pela via de conciliação de classes e, por isso, seus resultados foram diferentes da “desertificação neoliberal” (ANTUNES, 2005) que ocasionou um colapso social no governo anterior. Os resultados ao final dos mandatos de Lula da Silva foram, de fato, ímpares na história do país. Segundo dados do IBGE, o PIB desempenhou um aumento de 4,1 % ao ano e a taxa de pobreza teve queda de 61,8 %. A eleição de Dilma Rousseff, herdeira política de Lula, deu continuidade ao projeto social-liberal do *lulopetismo* (ANTUNES, 2015).

O contexto econômico era de latente desaceleração econômica e o plano macroeconômico do governo Dilma optou por corte de gastos públicos e aumento das taxas básicas de juros. Além disso, a manobra mais imprudente foi a diminuição dos investimentos públicos para ampliação de investimentos privados. Os resultados dessas medidas não foram os

³⁷A guisa de exemplo, Chauí (2013) cita a criação da Secretaria de Emergência Social com prioridade máxima de combate à fome.

esperados já que, além de prejudicar as contas públicas, conforme Biancarelli (2014, p.281), “não foram suficientes para reacelerar a economia e a produção industrial como um todo (apesar de contribuírem para sustentar o emprego).” Ainda segundo o autor, os pontos positivos estiveram no plano social com o contínuo aumento no salário mínimo e ampliação de programas de combate à pobreza como Brasil sem Miséria.

O segundo mandato da presidenta Dilma, por sua vez, impôs uma revisão das medidas econômicas. O cenário foi caracterizado por quedas nas demandas externa e interna, em grande medida ocasionadas pelos reflexos da crise de 2008 que continuamente ressoaram em países emergentes, e, sobretudo, pelo resultado negativo das contas públicas em R\$ 32,5 bilhões (0,6 % do PIB). O então ministro da economia Guido Mantega optou por um projeto neoliberal de reestruturação da economia a partir do aumento de juros e corte de investimentos públicos.

No âmbito trabalhista, foram alteradas regras de programas sob o regime da CLT, como o seguro desemprego e abono salarial. Os efeitos são tangíveis à medida que, entre 2014 e 2015, houve a perda de 985.669 postos de trabalho formal (CAGED-MTE, 2015).

O tamanho do ajuste aplicado na economia brasileira ao impactar sobre o mercado de trabalho reduz um dos elementos centrais do crescimento do período 2006-2013: a demanda interna. Do mesmo modo, a ampliação do desemprego, por sua vez, reduz a arrecadação de impostos, reduz o consumo, gerando uma reação negativa em cadeia que atingirá negativamente os investimentos (CARLEIAL, 2015, p. 2010).

Com efeito, com o constante declínio das demandas internas e externas, os investimentos privados sem os resultados esperados e o desequilíbrio das contas públicas, a crise econômica encontrou terreno fértil para a derrocada política dos governos conciliatórios. Mais que isso, engendrou na dinâmica social discursos de despolitização que angariaram apreço de parte da sociedade civil e que atribuíram ao mercado competência ideal para gerenciar o aparato público.

3.2. Estado mínimo quando quero, Estado máximo quando preciso: a retomada neoliberal na segunda década do século XXI

Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), não apenas as condições econômicas que se apresentaram entre o último ano do primeiro mandato e o início do segundo, mas também fatores políticos, incidiram na tessitura social ocasionando reações na sociedade civil.³⁸ As manifestações ocorridas em junho de 2013, ainda que desarticuladas devido à

³⁸Cabe mencionar que ao final do primeiro mandato de Lula da Silva, em 2005, vieram à tona escândalos de corrupção, denominado “mensalão”, através de repasses financeiros entre empresas e representantes políticos entre os anos de 2002 e 2005.

heterogeneidade classista, expuseram os efeitos de uma política conciliatória na disputa pela hegemonia.

A eleição presidencial de 2014 materializou dois fatores de impacto no futuro sócio-político e econômico do país: a polarização social entre direita e esquerda e a necessidade de reafirmar alianças com setores da política que, historicamente, se apresentaram na contramão dos anseios populares. Os aspectos econômicos mencionados no item anterior, atrelados à exposição midiática massiva, contribuíram para a ruptura com o ciclo político. Em suma,

a explosiva crise do governo Dilma vivenciada no apagar das luzes de 2015, decorre de uma confluência de fatores fortes, mais ou menos simultâneos: 1) ampliação da crise econômica internacional e seus efeitos no Brasil; 2) vitória difícilíssima nas eleições onde o candidato de centro-direita fortaleceu-se, ampliando seus votos até mesmo em bases tradicionais do PT; 3) ampliação da crise política do PT o que levou José Dirceu e João Vaccari ao cárcere em 2015; 4) descontrole político e desestabilização do arco de alianças que davam sustentação ao governo Dilma; 5) descontentamento, revolta e rebelião popular contra as medidas de “ajuste fiscal” que penalizam os trabalhadores; 6) repercussões da crise política do PT e em sua relação por vezes tensa com o governo Dilma, além de fissuras crescentes também nas relações entre Lula e Dilma, criador e criatura (ANTUNES, 2015, p. 18).

Do ponto de vista econômico, com a nomeação de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda³⁹ em 2014, sem um pacote econômico definido, as medidas apresentadas convergiram para o aumento da carga tributária, limitação dos benefícios sociais, corte de desonerações, redução de subsídios para empresas, entre outras. Acrescido ao contexto, a revisão da meta de *superávit* primário⁴⁰ demonstrou o descompasso entre o executivo, o ministério e o Congresso Nacional. A receita radicalmente neoliberal aplicada para conter a crise, resultou em recessão e perda de grau de investimento.

Assim, no ano de 2016, em meio a uma crise política e econômica insustentável, a presidenta Dilma Rousseff (2010-2016) sofreu um golpe jurídico, parlamentar e midiático forjado como *impeachment*, que retomou o projeto conservador das classes dominantes brasileiras, apoiado pela classe média (SOUZA, 2018). Nesse contexto, rompeu-se com a conciliação que sustentou a governabilidade e os avanços sociais e, mais que isso, enfraqueceu-se, sobremaneira, a frágil e recente democracia brasileira.

Com a destituição da presidenta Dilma Rousseff e a escalada de Michel Temer (2016-2018) ao poder executivo, ficaram tangíveis a que classe foram direcionados os esforços

³⁹Joaquim Levy é Economista e Doutor pela Escola de Economia de Chicago (Universidade de Chicago- EUA), integrou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e reconhecido no mercado financeiro por sua ortodoxia. A primeira experiência com governos petistas foi durante o mandato de Lula quando chefiou o Tesouro Nacional (2003-2006), período em que promoveu o ajuste fiscal que resultou em superávit primário em torno de 3,5 % do PIB.

⁴⁰Em 2014, a meta de *superávit* primário projetada pelo governo era de 1,2 %, para 2015. Após revisão da equipe econômica do governo, o percentual caiu para 0,15 %.

políticos e econômicos. A retomada neoliberal trouxe à luz, mais uma vez, a antinomia ‘Estado mínimo quando quero, Estado máximo quando preciso.’ As Reformas promulgadas a partir do Golpe de 2016 ilustram esta afirmativa. No âmbito das ações governamentais da gestão de Michel Temer, destacamos: a Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016)⁴¹, a Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) e Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017).

3.2.1. Emenda Constitucional 95

Em seus primeiros momentos, o novo governo apresentou uma proposta de regime fiscal descrita e tramitada nas casas legislativas como Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241, na Câmara dos Deputados e 55 no Senado. Em linhas gerais, o projeto previa um teto de gastos do governo em áreas essenciais como saúde e educação. Sem qualquer consulta à sociedade civil e com propagandas falaciosas, o projeto mobilizou manifestações contrárias e greves em espaços estudantis como as universidades. Mesmo assim, em 16 de dezembro de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) 95 que vigorará até 2036.

A EC 95, portanto, sistematiza o novo regime fiscal e impõe restrições aos investimentos em áreas primárias pelo período de 20 anos. Operacionalmente, o governo passa a ter um teto de gastos definido em relação ao montante do ano anterior, ajustado de acordo com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado é a redução dos investimentos em áreas essenciais, tais como saúde e educação, pois, via de regra, o IPCA não acompanha o crescimento populacional.

De acordo com Vairão Jr e Alves (2017, p.56), “as despesas públicas são, na verdade, a materialização das demandas da sociedade”. Partindo desse entendimento, ainda segundo os autores, para a nova legislação “as demandas da sociedade se mantêm constantes por vinte anos, sendo atualizadas apenas pelo referido indicador.”

De acordo com Mariano (2017), essa ação é antidemocrática em duas frentes: política e econômica. Politicamente, atenta contra o Estado de Bem Estar Social consagrado na Constituição de 1988e, mais que isso, “retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento” e “retira do cidadão o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico” (p. 262). Economicamente, inviabiliza “a expansão e até mesmo

⁴¹Durante tramitação na Câmara dos Deputados sob a denominação Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241, no Senado assumida por PEC 55, foi popularmente chamada de “PEC da morte”.

a manutenção de políticas públicas para reservar dinheiro público e garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo governo federal perante os credores da dívida pública” (p. 263).

Ao limitar os investimentos em áreas essenciais e, por conseguinte, eximir da população o acesso aos direitos básicos fundamentais⁴², como saúde e educação, essa ação afronta diretamente a cláusula pétreia disposta na Constituição em seu Art. 60 § 4º, que determina que “não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais.”

Fica ainda mais ilustrada a falta de compromisso com a democracia e com a qualidade de vida da população quando o Ministro da Fazenda, à época, Henrique Meirelles,⁴³ sinalizou que “a desvinculação de despesas obrigatórias é **‘parte fundamental e estrutural, não há dúvida’** do projeto de recuperação econômica do governo de Michel Temer.”⁴⁴ Ao se eximir da responsabilidade, o Estado abre caminho para que esses direitos garantidos por meio de serviços públicos sejam arrebatados pela mão do capital que os reduz a mercadorias.

3.2.2. Reforma do Ensino Médio

Na esteira das reformas, a educação foi atingida não apenas pela EC 95, mas também pela Reforma do Ensino Médio, promulgada nos termos da Lei 13.415/2017 e que atinge as escolas *públicas*. *A priori*, foi publicada por Michel Temer como Medida Provisória 746/2016, a justificativa para tal urgência estaria ligada, segundo Ferreti e Silva (2017), aos resultados no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes); além disso, foi argumentada a necessidade de profissionalização frente ao baixo nível de ingressantes ao ensino superior após a conclusão e a comparação com países desenvolvidos (FERRETI e SILVA, 2017).

Convertida em lei, a reforma impõe o aumento na carga horária e a fragmentação curricular em um ciclo básico, comum a todos os anos de conclusão, e os “itinerários formativos”⁴⁵, entre eles o ensino profissionalizante. Também há, nesse sentido, a determinação

⁴²A Carta da Organização das Nações Unidas, em seu art. 55, consagra o direito ao desenvolvimento como direito humano, universal, fundamental e inalienável.

⁴³Foi presidente do Banco Central do Brasil, entre 2003 e 2011, durante o governo Lula e Ministro da Fazenda durante a gestão de Michel Temer, entre 2016 e 2018. É administrador e executivo da área financeira nacional e internacional.

⁴⁴Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/05/24/limites-com-educacao-e-saude-irao-ao-congresso-em-2-semanas-diz-meirelles.htm>> (Acesso em: 20 de maio de 2020)

⁴⁵Os cinco itinerários formativos são organizados em: Linguagens, Matemática, Ciências da natureza (biologia, física e química), Ciências Humanas (História, Geografia e Filosofia) e Formação Técnica e Profissional. Todos os anos de formação contariam com Português, Matemática e Inglês.

do uso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como definidora dos itinerários formativos.

Os que advogam por esse projeto, justificam a “autonomia” dada aos estudantes ao poderem escolher quais itinerários julgam mais pertinentes à sua formação. No plano concreto, as escolas não são obrigadas a ofertar todos os itinerários e, mais que isso, faltam não apenas estruturas físicas, mas formação continuada aos docentes e equipe pedagógica diante das novas demandas.

O fato de não terem sido consultados profissionais da área de educação e os grupos que compõem a comunidade escolar, expõe as reais intenções imbricadas na proposta. Essa medida direcionou a formação para um viés técnico e utilitarista, e também sinaliza o fortalecimento da influência dos organismos internacionais na construção das diretrizes educacionais dos países periféricos, como o Banco Mundial e a UNICEF, ajustando direitos essenciais às demandas do mercado.

Há uma perceptível reaproximação com o ideário proposto na reforma curricular nos anos de 1990, que definiu competências como “eixo de prescrições curriculares”, aproximando-se, portanto, da “ideia de competição e competitividade” (SILVA, 2008).

Esse discurso, agora revigorado, é retomado em meio às mesmas justificativas, de que é necessário adequar a escola a supostas e generalizáveis mudanças do “mundo do trabalho”, associadas de modo mecânico e imediato a inovações de tecnológico e organizacional. A centralidade da noção de competências no currículo, especialmente porque justificada e proposta pela via unidimensional do mercado, produz uma “formação administrada”, ao reforçar a possibilidade de uma educação de caráter instrumental e sujeita ao controle. Ignorar a dimensão histórico-cultural da formação humana, pelo caráter instrumental das proposições, gera um processo formativo voltado para a adaptação dos indivíduos em sacrifício da diferenciação e da autonomia (SILVA, 2017, p. 11).

Cabe destacar também as similitudes entre a atual reforma e o projeto de ensino médio público empreendido durante os governos do período de Ditadura Militar (1964-1985). Ora, “o foco da Lei 5.692/1971 foi reduzir a pressão por matrículas nas universidades públicas e formar “recursos humanos” para o trabalho simples e para colocar o exército industrial de reserva apto para pressionar os salários para baixo. Isso seria feito por meio da profissionalização precoce” (LEHER; VITTORIA e MOTTA, 2017, p.19). Mais uma vez, trata-se de uma ação que ataca princípios constitucionais, como a universalidade do Ensino Médio como etapa final do ciclo básico educacional, garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

3.2.3. A Reforma Trabalhista

O empresariado brasileiro se caracteriza por sua forma de exploração da mais-valia, tanto relativa quanto absoluta, o que resulta em uma superexploração. Isto é, se tipifica por longas jornadas de trabalho com salários abaixo do mínimo para sobrevivência digna do trabalhador (MARINI, 1973; ANTUNES, 2009).

Enquanto representante dos anseios empresariais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao longo da primeira década de 2000, apresentou suas demandas em consonância com o Banco Mundial. Suas propostas convergiam para a necessidade de modernização da legislação vigente diante das novas demandas do setor produtivo global. Em outras palavras, advogaram pelo desmonte dos direitos trabalhistas com vistas a maior lucratividade.

Isso é notável quando analisamos o relatório técnico intitulado “*World Development Report 2005: a better investment climate for everyone*” (2004), no qual o BM apontou o Brasil como um dos países com regulação trabalhista mais rígida⁴⁶ (12º). Dentre as razões que elevaram nosso país a tal patamar: as horas trabalhadas não chegam a 12 horas diárias, restrições quanto ao trabalho noturno e aos domingos, as multas pagas pelas empresas por demissões sem justa causa, entre outras. Pautada em tais dados, a CNI apresentou diversos relatórios com propostas de reestruturação (chamada, por eles, modernização) do setor produtivo e, por conseguinte, da legislação pertinente. De forma geral, o que se apresentou foi uma proposta de flexibilização baseada na terceirização e com vistas à diminuição de custos.

O primeiro passo da reforma foi o prosseguimento dos Projetos de Lei 4330/2004 e 4302/1998 que prescrevem a terceirização total dos serviços (atividade-fim e atividade-meio). Além da precarização da atividade laboral, as propostas também caminham para a desumanização do trabalhador já que, como descrito pela própria Confederação Nacional de Indústrias (CNI, 2008), se trata, pois, de “contratação de serviços e não de recursos humanos”.

No enlace de tais demandas, a CNI apoiou o golpe que, sacramentado, pôs em prática as mudanças que culminaram na formalização da reforma trabalhista. Suas alterações foram definidas imediatamente pela nova gestão presidencial através da Medida Provisória n. 808.

A Reforma Trabalhista promulgada pela Lei n. 13.467/2017, por Michel Temer (2016-2018) é pautada pela simplificação e flexibilização das relações trabalhistas. Dentre as alterações apresentadas estão: a sobreposição dos acordos coletivos à legislação e a não obrigatoriedade da contribuição sindical. Esses destaques se dão pela potencialidade explicativa dessas questões em relação à desestruturação de classes em curso.

⁴⁶O Índice de Rigidez do Emprego parte da média de três subíndices: dificuldade de contratação, rigidez de horas e dificuldade de demissão.

Além da fragilidade dos acordos a que trabalhadores são submetidos e a supressão da segurança garantida pela legislação trabalhista, isso se agrava quando rompem com o caráter político intrínseco do mundo do trabalho a partir da desmoralização dos sindicatos. O enfraquecimento das relações interpessoais, do sentido político e a sobreposição das necessidades materiais marcam

a divisão interna da classe trabalhadora que tende, e de fato isso ocorre, a desmobilizar boa parte da mão-de-obra, que pressionada pelo desemprego e pelo precário vínculo terceirizado, não busca a luta orgânica como classe para alcançar as suas demandas. Assim, a terceirização, além de ser uma econômica de gastos com a força de trabalho, é também mecanismo de manipulação e hegemonia da classe dominante (MELO, 2012, p. 59).

Este cenário de desmonte trabalhista se agravou já nos primeiros dias do recém empossado Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (sem partido), em janeiro de 2019, que por meio da Medida Provisória (MP) 870 decretou a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Como citado anteriormente, o Ministério do Trabalho foi organizado ainda na Era Vargas com a finalidade de regulamentar e fiscalizar as relações trabalhistas com base na CLT. A partir de sua dissolução, o MTE foi incorporado às pastas do Ministério da Economia e Ministério da Segurança Pública, liderados por Paulo Guedes e Sérgio Moro, respectivamente. Não obstante, o governo também propõe, como um dos seus projetos econômicos, a privatização ainda mais feroz do aparato estatal.

O resultado tem sido o elevado número de desempregados no país que, de acordo com o IBGE, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), no segundo semestre de 2019 atingiu o percentual de 26,2 %, ou seja, 3,35 milhões de brasileiros. Além disso, o aumento do trabalho informal e dos que trabalham por conta própria é de 4,25 % e 5,03 %, respectivamente, sendo maior que a geração de empregos formais que, no ano de 2019, teve crescimento de 1,12 %. O boletim do mercado de trabalho (2019) também sinaliza uma queda nos rendimentos salariais dos empregados no setor privado e por conta própria, ao passo que o rendimento positivo situou-se também no setor privado, mas sem carteira, chegando a 5,1 % de aumento.

Os dados também destacam que o número de empregados com nível superior em postos que demandam tal qualificação vem decaindo, o que aponta um movimento de submissão a empregos precários e de menor remuneração. Os dados comparados com o ano de 2015 demonstraram que houve um recuo em relação às ocupações com vínculos formais, naquele ano o valor era de 51,4 % e em 2019 chegou a 47,1 %. Ainda nessa base de comparação, nota-

se que os índices dos empregos sem carteira e por conta própria aceleraram de 17,6 % e 23,6 %, nesta ordem, para 20,0 % e 25,9 % (IPEA, 2019, p.14).

Desde 2015 a Confederação Sindical Internacional tem mostrado a atuação dos países no que tange as violações de direitos trabalhistas e o Brasil tem sido protagonista, figurando entre os países com os piores desempenhos. Após a 108ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em 2019, a Organização Internacional do Trabalho apontou que o Brasil figura entre os dez piores países em práticas trabalhistas⁴⁷. Esse movimento de desmonte legislativo vem ocasionando a completa desestruturação do sentido de classe e impacta diretamente a formação intelectual da classe trabalhadora, como será esmiuçado a seguir.

3.3. Interface entre os limites da democracia e a formação intelectual da classe trabalhadora

Partindo do pressuposto de que “a produção das ideias, de representações da consciência, está de início diretamente entrelaçada à atividade material e aos intercâmbios materiais” (MARX E ENGELS, 1986, p. 36), a educação, na sociedade capitalista, funciona como mecanismo de legitimação das relações de poder estabelecidas pelo sistema hegemônico (PISTRAK, 2013; GRAMSCI, 2001). Assim, as desigualdades educacionais entre classes e a apropriação do conhecimento e de uma formação ampla está diretamente ligado ao eixo dinâmico do capitalismo. De forma geral,

as classes dominantes se mantiveram porque “privaram sistematicamente os subjugados do saber científico”, de modo que “o operário é levado a se menosprezar... a pensar que é ignorante e incapaz... a se convencer que as suas opiniões valem pouco... que a sua função na vida não é a de produzir ideias, de dar diretivas, de ter opiniões, mas ao contrário é a de seguir as ideias dos outros, as diretivas dos outros, ouvindo de boca aberta as opiniões dos outros” (GRAMSCI *apud* SEMERARO, 2015, p.122).

Nesse sentido, Gramsci (2001) abordou, especialmente no Caderno 12, a educação oferecida pela reforma procedida por Giovanni Gentile, Ministro da Educação italiano entre anos 1922 e 1925, e observou que as tendências se concretizavam para a separação entre o trabalho técnico e humanístico, aprofundando uma estrutura que separava um tipo de educação manual para os filhos dos trabalhadores e uma mais unitária para os filhos das classes dominantes. No entanto, segundo o filósofo sardo, “não há atividade humana da qual se possa

⁴⁷Os outros países listados são: Bangladesh, Argélia, Colômbia, Guatemala, Cazaquistão, Filipinas, Arábia Saudita, Turquia e Zimbábue.

excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 2001, p. 52-53).

A negação do potencial filosófico dos trabalhadores se materializa não apenas no oferecimento de uma educação técnica e utilitarista, mas também nas relações conflituosas estabelecidas entre os subalternos e o sistema educacional.

(...) muitas pessoas do povo pensam que, nas dificuldades do estudo, exista um “truque” contra elas (quando não pensam que são estúpidos por natureza): veem o senhor (e para muitos, especialmente no campo, senhor quer dizer intelectual) realizar com desenvoltura e aparente facilidade o trabalho que custa aos seus filhos lágrimas e sangue, e pensam que exista algum “truque”. (GRAMSCI, 2001, p. 52)

Gramsci define então que a atividade intelectual está vinculada ao conjunto de relações sociais em determinado quadro histórico. Assim, aponta duas categorias de intelectual “o orgânico, proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador” e o “tradicional que acredita estar desvinculado das classes sociais” (MARI, 2011, p.69). Daí a importância da *práxis* enquanto mecanismo de reconhecimento e superação de contradições. No caso do CPNV, as entrevistas mostraram que ainda que não houvesse um momento específico para temáticas políticas e sociais, os educandos traziam suas opiniões e vivências quando surgiam oportunidades a partir do conteúdo proposto.

Uma vez não reconheceram a imagem de Marx quando mostrei mas tinham convicção da luta de classes a sua maneira. Inconscientemente, eu acho, mas tinham porque diziam “rico nunca fez e nem vai fazer pelo pobre” ou “**o governo não quer nada com o trabalhador não, quer só arrancar nosso coro**”. E isso diz muito, é significativo (EDUCADORA 3).

As políticas públicas implementadas ao longo da história brasileira, especialmente as voltadas para o ensino superior e o trabalho, são capazes de significar essa ideologia e seus dispositivos de manutenção. Entendemos, pois, que o projeto liberal empreendido nas universidades brasileiras desde sua criação se expressou a partir das transformações e demandas do mundo do trabalho.

Ora, se é com o desenvolvimento industrial que avançaram as necessidades de mão de obra qualificada e especializada, lançando no imaginário da classe média assalariada emergente a ideia de ascensão pela via educacional, e se eram as universidades que formavam aqueles que ocupariam os melhores cargos, este não pode ser o lugar da classe trabalhadora. No enlace entre o “velho que ainda não morreu e novo que não nasceu” (GRAMSCI, 2007, p. 184) foi firmado um acordo entre os grupos dominantes nacionais e internacionais baseado na clivagem de direitos para uma parte da população e benefícios para uma pequena minoria.

O que particularizou, então, a chamada “modernização brasileira” do século 20 foi uma simbiose muito perversa entre o arcaico e o novo, entre o rural e o urbano, atando laços entre o atrasado e o moderno, um dependendo da permanência do outro, para que ambos se perpetuassem. Foi assim, pela articulação complexa entre a indústria e as formas arcaicas de exploração, que se deu o nosso salto industrializante (ANTUNES, 2005, p. 60-61).

O neoliberalismo, como o movimento avançado do capitalismo, tem definido as diretrizes e reformas dos estados numa linha de redução dos direitos sociais e ampliação da concentração e acumulação de capitais. No Brasil, essa corrente fez sua primeira grande escola no governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990. Tomou legitimidade por meio de “duas ideologias contemporâneas”, como postulado por Chauí (2013, p. 127), são elas: da racionalidade do mercado e da competência. No primeiro caso, a partir do discurso de modernização, o mercado é reconhecido enquanto racional e exaurido de qualquer emoção política e, por isso, seria o ideal para gerir as políticas públicas a fim de que se alcance maior eficiência na gestão dos recursos públicos. A respeito da ideologia da competência, por sua vez, afirma que

aqueles que possuem determinados conhecimentos têm o direito natural de mandar e comandar os que supostamente são ignorantes, de tal maneira que a divisão social das classes aparece como divisão entre dirigentes competentes e executantes que apenas cumprem ordens. Essa ideologia, dando enorme destaque à figura do “técnico competente”, tem a peculiaridade de esquecer a essência mesma da democracia, qual seja, a ideia de que os cidadãos têm direito a todas as informações que lhe permitam tomar decisões políticas porque são todos politicamente competentes para opinar e deliberar, e que somente após a tomada de decisão política há de se recorrer aos técnicos, cuja função não é deliberar nem decidir, mas implementar da melhor maneira as decisões políticas tomadas pelos cidadãos e por seus representantes (CHAUÍ, 2013, p. 127).

As necessárias transformações socioeconômicas ocorridas a partir da primeira década dos anos 2000, durante os governos de Lula da Silva, ocasionaram, indubitavelmente, uma reconfiguração social por vias de trabalho e educação. A geração de empregos formais e as políticas públicas de acesso ao ensino superior foram fatores determinantes para as perspectivas de formação intelectual da classe trabalhadora.

Com a segurança do trabalho formal, ainda que com rendimentos que chegavam apenas a 1,5 de salário mínimo, junto das políticas de acesso por cotas e/ou financiamento estudantil, os trabalhadores passaram a vislumbrar também sua ascensão social e profissional via estudos. Nessa direção, os dados levantados pela PNAD contínua (IBGE), datadas de 2018, demonstraram que entre 2012 e 2018 houve uma evolução de 48,2 % no número de trabalhadores com ensino superior completo, indo de 13,1 milhões para 19,4 milhões de brasileiros.

A desindustrialização e a transposição para uma sociedade de serviços, que vêm se consolidando nas últimas três décadas, somadas ao aumento do número de brasileiros com ensino superior completo, resultaram em um cenário em que há muito diploma para pouco mercado receptivo. Além disso, segundo Carleial (2015, p. 202), “a presença de uma estrutura pouco diversificada denuncia a limitada capacidade de geração de postos de trabalho, especialmente de melhor qualidade e melhores salários.” Nesse sentido, a pesquisa mostrou que, ainda que a taxa de desocupados com ensino superior seja a de menor escala, os postos ocupados não correspondentes à sua formação é de, aproximadamente, 35 % (PNAD contínua/IBGE/ Ipea, 2018).

Nesse cenário, trabalhadores passaram a almejar concursos públicos que significam, historicamente, estabilidade profissional e financeira.

o que me motivou nem foi tentar o Enem era mais tentar concurso público da prefeitura que eu ainda estou tentando, sabe. Eu pretendia a UFV mas não dava tanta importância quanto tentar o emprego porque já tenho uma filha e o trabalho é a prioridade (EDUCANDA 1).

Eu já trabalhava. O que atrapalhava é que quem trabalha tem menos tempo para estudar, né? Meu foco mesmo era concurso público mas fiz Enem e passei para letras (EDUCANDO 3).

O que tem ocorrido no Brasil, no entanto, é que essa mão de obra especializada não é requisitada mais para o setor público, ou seja, passam a atender demandas produtivas de setores privados que, apoiados pelo Estado, maximizam seus lucros em detrimento de direitos trabalhistas. A tendência de passagem para a sociedade de serviços tem alterado não apenas a morfologia do trabalho como também as relações entre trabalhadores.

Com a terciarização ocupacional, verificou-se a tendência de concentração dos postos de trabalho na base da pirâmide social e redução relativa dos empregos assalariados de classe média. (...) Os movimentos de desestruturação do mundo do trabalho e de rompimento com o padrão corporativo de organização social implicam aprofundar a polarização no interior do mundo do trabalho. Isso porque a destruição das ocupações de classe média tem sido acompanhada da massificação do desemprego estrutural e da precarização das ocupações assentadas na instabilidade contratual, escassez dos direitos sociais e trabalhistas e contida remuneração (POCHMANN, 2016, p. 95-96).

De tal forma, a classe média que se constituiu cercada de um conjunto de riquezas e rendimentos nas franjas do capital, sofreu os impactos, especialmente no consumo, mais imediatamente às crises. Esse movimento de declínio dos “empregos de classe média” - advogados, administradores, engenheiros, dentre outros -, e a presença das classes C e D em ambientes como *shoppings* e universidades, despertou nas classes A e B o sentimento de ameaça em relação a seus privilégios (CARLEIAL, 2015). Assim, essa classe consiste em um

fenômeno histórico maior, definido por Souza (2018, p. 155-156) pelo “monopólio de outros capitais que servirão como armas dos indivíduos na competição social pelos recursos escassos.”

Não existe nenhuma função do mercado ou do Estado que possa ser exercida sem o concurso desses especialistas. Em grande medida, essas funções são todas de controle, direção, supervisão e legitimação do sistema econômico, social e político. Daí que a classe média seja uma classe do privilégio. Ela tem o salário e o prestígio correspondente de quem realiza no dia a dia a dominação social, econômica e política em nome da elite do dinheiro. Traçando um paralelo com nosso passado escravista, a classe média é o capaz da elite do dinheiro, cuja tarefa é subjugar o restante da sociedade como um todo (SOUZA, 2018, p. 155-156).

Ao gerar conflito entre classes por dividir as oportunidades de ascensão social com as classes tradicionalmente relegadas à margem do acesso aos serviços básicos, as camadas médias endossam a desestruturação do sentido de classe. É daí que surge sua importância social para a reprodução dos interesses valorizados pelo alinhamento entre mercado e Estado e para limitar as possibilidades de uma outra hegemonia.

É fundamental, pois, destacar o papel da democracia enquanto meio de validar as ações implementadas pelo Estado em consonância com o capitalismo. Gramsci (2001), em seu contexto de “*risorgimento*” italiano, constatou que o Estado moderno se constituiu a partir de uma revolução ‘pelo alto’, isto é, “um misto de revolução burguesa e compromissos com as velhas classes dominantes” (MARI, 1998, p. 30).

Em linhas gerais, ao considerar a sociedade civil como sustentáculo da hegemonia, o Estado se estabelece em duas frentes: a restauração, que impede transformações radicais; e a renovação, que implementa alguma reivindicação popular (MARI, 1998). Em síntese,

A hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: ter-se-ia uma **revolução passiva** no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. (...) esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. (...) o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças (...) e, consequentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais. Esta ideologia serviria como elemento de uma “guerra de posição” no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a “revolução passiva” é este elemento no campo político (GRAMSCI, 2001, p. 299-300).

Assim, no Brasil, sem perder de vista suas especificidades sócio-históricas, a democracia também foi construída como a “via prussiana”, termo explorado por Coutinho (1979) a partir da obra gramsciana, que expõe os limites impostos por essa condição na construção de políticas sociais. Em termos,

através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais (COUTINHO, 1979, p.41).

E ainda,

Uma direta consequência da “via prussiana” foi gerar uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil. Essa debilidade não se expressa apenas no plano do pensamento social (basta lembrar o caráter conciliador do nosso liberalismo); ela tem consequências na própria estrutura do relacionamento do Estado com a sociedade civil, já que ao caráter extremamente forte e autoritário do primeiro corresponde a natureza amorfa e atomizada da segunda. Essa debilidade histórico-estrutural da democracia, aliada à presença de um regime profundamente anti-democrático, faz com que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal (COUTINHO, 1979, p. 42).

Partindo de tais premissas, ainda que as conciliações de classes tenham ocorrido em maior ou menor escala de acordo com o período histórico, além de não alterarem as estruturas que garantem e catalisam a manutenção das desigualdades, fortaleceram as demandas do sistema capitalista. Ao buscar sua inserção na dinâmica de globalização, países periféricos vêm se alinhando de maneira desproporcional a organismos internacionais (LEHER, 1999), colocando, por força disso, em risco sua soberania nacional e autonomia de suas instituições democráticas.

No plano concreto, no Brasil contemporâneo, o Estado democrático caminhou para um regime de confirmação dos velhos acordos “pelo alto” desde a jornada de manifestações de 2013, as eleições de 2014 e, sem dúvidas, fortalecido pelo golpe de 2016. Segundo Antunes (2015, p.15), as manifestações ocorridas com maior intensidade em junho de 2013, foram singulares por seu caráter policlassista, isto é, tanto com a presença de setores de movimentos sociais e partidários alinhados à esquerda, como de setores de classe média “*aparentemente* apolíticos, mas com clara inclinação à direita.”

Esse contexto ficou caracterizado por uma “disputa hegemônica que estava, a partir de então, aberta e indefinida” (ANTUNES, 2015, p. 15). A aliança entre setores políticos, empresariais e da grande mídia foi fundamental para romper com esse cenário indefinido.

As campanhas e o pleito eleitoral de 2014 foram marcados pela exposição massiva nos meios de comunicação (sobretudo, televisivos e mídias sociais) dos descaminhos da “Operação Lava Jato”, responsável por solapar uma pretensa corrupção sistêmica dos governos petistas, ainda que os autos se baseiem em delações de empresários condenados por provas concretas. O resultado foi a formação de uma opinião popular que, por “toda a manipulação política desses setores é marcada pelo prestígio da noção da corrupção apenas da política e nunca do mercado” (SOUZA, 2018, p. 192).

Thompson (1995) acentua que, com a consolidação do capitalismo e o avanço dos meios de comunicação de massa, a mídia passa a protagonizar o papel de agente de propagação e reafirmação da ideologia da classe dominante a partir de narrativas e formas simbólicas. Neste panorama, o autor se aproxima de Gramsci ao atribuir a importância de se esmiuçar a categoria ideologia e suas formas de propagação na sociedade.

Ainda segundo Thompson (1995), esta operacionalização midiática da ideologia é fator determinante na produção de consensos na sociedade contemporânea. Essas operações se materializam de cinco modos gerais: a legitimação, que pressupõe a racionalização e naturalização de certas relações ou instituições a partir de narrativas repetitivas; a dissimulação, em que ocorre uma resignificação e recontextualização, normalmente negativas, de ideias ou termos; a unificação, com adoção de referenciais positivos; a fragmentação, segregação de grupos não reconhecidos ideologicamente; e a reificação, que se dá pela negação do caráter histórico- dialético das relações sociais. A singularidade do caso brasileiro se caracteriza por uma

servidão da classe média e de suas frações mais conservadoras à elite que as explora e as usa para a reprodução de seu poder cotidiano, é conseguida por meios simbólicos. Em vez do cassetete da polícia, temos aqui a manipulação midiática das necessidades de autolegitimação da classe média (...). Contra a classe média, portanto, a violência da elite de proprietários que controla não só a produção material, mas também a produção intelectual e a informação, é uma violência simbólica. Um tipo de violência não percebido enquanto tal, posto que se vende como se fosse convencimento real. A crítica da imaturidade das classes populares sob a forma do populismo fecha o pacote do acordo transclassista que se une contra qualquer forma de ascensão popular verdadeira (SOUZA, 2018, p. 225).

Essa dinâmica vai se acirrando à medida que narrativas conservadoras se radicalizam e incidem por todo tecido social. O sentido de classe vai sendo completamente desestruturado e

seu poder político esvaziado, uma vez que a classe trabalhadora é entrelaçada nessa convulsão social e acaba por se aproximar dos valores ecoados pela classe média que conclama a volta da Ditadura Militar e aponta as políticas sociais e a corrupção como obras de um comunismo perpetrado pelo Partido dos Trabalhadores.

O cenário brasileiro atual se caracteriza sobremaneira pela dificuldade em estabelecer o pleno exercício da democracia diante do fenômeno recente que tem despertado a preocupação de intelectuais e de parte da sociedade civil: o uso das redes sociais e de *fake news* como meio de propagar valores ultraliberais e de extrema direita. Em estudo recente, Shu *et al.* (2018) define que essas notícias vão além de uma apuração inconsistente dos fatos, elas são intencionalmente falsas e divulgadas com o propósito de macular ou dignificar comportamentos de grupos ou indivíduos. De forma geral, no caso brasileiro, este fator se tipifica pela

aliança entre o (neo) liberalismo (econômico) e (neo) conservadorismo (político-cultural), o primeiro prega a mínima intervenção do Estado na economia, para que regule as atividades econômicas privadas na menor forma possível e deixe que o mercado aja por livre iniciativa. Novo conservadorismo seria a conservação de hábitos culturais tradicionais, como a família e a moralidade do cidadão burguês, subsidiados pelo preconceito, racismo e pela desigualdade. Os dois fatores se juntam para moldar uma consciência coletiva onde o espaço de discussão e exercício da democracia não conseguem realização (COSTA, 2012, p.417).

O pleito eleitoral de 2018 consolidou o enfraquecimento da democracia com o completo esvaziamento do debate político que, por consequência, levou ao poder executivo um candidato que representa uma agenda econômica ultraliberal e uma política que se aproxima do profascismo. A base eleitoral, composta por integrantes da ala neopetencostal, ganhou força e espaço não apenas na sociedade civil, onde encontra ressonância nas frações mais pobres e onde há maior número de fiéis, mas ocupou espaços institucionais estratégicos, reverberando discursos anticientíficos e contra minorias.

Nesse íterim, as universidades passaram a ser questionadas por seu espaço de pluralidade de ideias, têm sua imagem deturpada e sua importância para o desenvolvimento científico e fortalecimento da soberania nacional rechaçados. Politicamente perseguidas, passaram por contingenciamentos financeiros que soam hostis à sua sobrevivência.

No plano de ações governamentais, o MEC, representado pela figura do ministro Abraham Weintraub (abril/2019–junho/2020), e o governo, de turno, vêm sinalizando suas intencionalidades quanto ao ensino superior federal com a apresentação da minuta de projeto

de lei (PL) denominado “Future-se”⁴⁸. De acordo com o texto apresentado, a ideia do projeto é promover a articulação entre o setor privado e as universidades públicas, baseados na autonomia universitária. Por este encaminhamento, o governo projeta privatizações à medida que cria possibilidades, através da escassez de investimentos por parte do Estado, de articulação entre investimentos privados e as pesquisas desenvolvidas nas universidades.

Ao mesmo tempo, devido à sua racionalidade técnica e esvaziamento do debate crítico, tornam-se referências as faculdades privadas que, não por coincidência, têm o maior número de matrículas de pessoas oriundas de camadas populares. As narrativas empreendidas pelo próprio governo adjetivam essas instituições como principais produtoras de trabalhos relevantes em pesquisa e inovação. Entretanto, esta alegação pode facilmente ser contestada, já que estudos apontam que 95 % da produção científica que credencia o Brasil enquanto referência mundial é desenvolvida em universidades públicas.⁴⁹

No campo trabalhista, conforme reportado anteriormente, o caminho tem seguido para a completa desestruturação do trabalho concatenada pela agenda econômica ultraliberal que tem sido desempenhada pelo ministro da economia Paulo Guedes. Ao tornar as relações de trabalho ainda mais flexíveis e desregulamentadas, este mesmo mercado impõe dificuldades que acabam por afastar das universidades trabalhadores que almejavam uma formação superior para ascensão profissional e, portanto, se consubstanciam ao projeto burguês que vem se consolidando historicamente.

⁴⁸Desde a apresentação da minuta de PL, diversas manifestações contestatórias têm expressado as falhas e limites do projeto. Entre as manifestações de repúdio estão: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais (Forípes), além de docentes e reitores de diversas universidades federais.

⁴⁹Cf. “*Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais*”, organizada por Marcovitch (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Gramsci (2001), a hegemonia se projeta na sociedade capitalista por vias de coerção e consenso. O consenso adquire centralidade por ser responsável pela formação do senso comum na esfera cultural. Com efeito, o trabalho e a educação são tratados como importantes meios de legitimação do *status quo* das classes dominantes sobre os subalternizados.

Em uma sociedade capitalista e globalizada, os sentidos atribuídos à educação e ao trabalho assumem papel central para os países na periferia do capitalismo contemporâneo, como é o caso do Brasil. Buscando adequar-se às demandas desse contexto, as políticas públicas expressam a influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, no direcionamento ideológico das ações governamentais (LEHER, 1999; MARI, 2006; THIENGO, 2013).

Em linhas gerais, o discurso do BM aponta para a necessidade de países em desenvolvimento avançar em políticas de alívio da pobreza e inclusão social das camadas subalternizadas. O caminho para alcançar esse desenvolvimento social e superação da pobreza seria a educação. Assim, atribuem-lhe “caráter salvífico”, compreendido em dois eixos: o de promotora do desenvolvimento nacional, com investimento em produção e de inovação e o de promotora da empregabilidade, que atua no sentido de promover o “alívio da pobreza” (THIENGO, 2013, 113).

A partir da análise dos documentos que sistematizam as políticas de acesso e expansão das universidades públicas na primeira década dos anos 2000, ficou evidente o consenso sobre a importância das universidades para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Destarte, notadamente, essas políticas materializam a articulação entre o campo educacional e o sistema econômico por meio de discursos e ações voltados à valorização da parceria entre instituições públicas com setor privado, fomento à inovação tecnológica e internacionalização e estímulo a dimensão técnica de formação. Ainda que políticas de inclusão e democratização do acesso, como no caso das cotas, sejam implementadas e tenham seus resultados positivos comprovados, a inclusão de camadas subalternizadas no ensino superior ocorreu, sobremaneira, no setor privado.

Na esfera trabalhista, o primeiro decênio de 2000 foi marcado por mudanças no trato político da economia, e o dinamismo econômico acarretou o crescimento de empregos formais em todos os setores produtivos. Ao final dos oito anos de Lula da Silva chefiando o poder

executivo, foram gerados, aproximadamente, 15 milhões de empregos e o índice de desemprego chegou a 5,7 %, conforme apurado pelo IBGE, menor taxa da história.

A partir dos mandatos de Dilma Rousseff, especialmente o segundo, que foi interrompido pelo golpe de 2016, o setor produtivo demonstrava insatisfação com o aparato legislativo que compunha a CLT. Ainda que ataques aos direitos dos trabalhadores tenham ocorrido no governo Rousseff, foi com Michel Temer que os anseios do empresariado foram plenamente atendidos.

No caso dos documentos que versam sobre a organização trabalhista, é também tangível a influência do BM e, nacionalmente, da Confederação Nacional das Indústrias, já que as mudanças ocasionadas pela Reforma Trabalhista de 2017 são contundentes com os apontamentos feitos por esses setores em diversos relatórios e documentos datados da primeira década dos anos 2000, como aqueles analisados por este estudo. Os relatórios apresentados pelos grupos que apontam o Brasil como um dos piores países para se investir e trabalhar, culpabilizaram a rigidez das leis trabalhistas e apontaram a terceirização e a flexibilização como necessários para a retomada do crescimento industrial e econômico do país.

Orientada por tais premissas, a Reforma Trabalhista, amparada pela lei n. 13.467/2017, flexibilizou as relações trabalhistas, enfraqueceu a esfera sindical e desmontou a CLT, cortando direitos e conquistas dos trabalhadores. Ao contrário do que advogavam os defensores das mudanças trabalhistas, não ingenuamente, a reforma não aqueceu o mercado formal, mas fomentou a informalidade e a precarização do trabalho.

Os dados fornecidos pelo IBGE nos mostram que o número de trabalhadores com ensino superior teve crescimento de 48,2 % entre os anos de 2012 e 2018, o que demonstra a eficácia das políticas voltadas ao acesso ao ensino superior. Por outro lado, esses trabalhadores diplomados, ao se deparar com as oportunidades oferecidas, têm ocupado cargos que não condizem com sua formação. No mesmo período, ainda que a taxa de desempregados com diploma seja a de menor escala, 35 % estão em postos que demandam menor grau de instrução.

No plano empírico, a partir do resgate histórico de criação do bairro Nova Viçosa, foi possível notar que os efeitos da segregação socioespacial ocasionada pelas necessidades originadas a partir da federalização da universidade perduram até os dias atuais. No caso da formação educacional, a ausência da oferta de Ensino Médio atua como fator de desestímulo quanto à continuidade dos estudos e, somado a isso, a necessidade de trabalhar para sustento próprio e de familiares resulta, até hoje, no perfil profissional dos moradores do bairro que ocupam, em grande medida, postos de trabalho que demandam menor instrução e, por conseguinte, pagam piores salários.

Por meio das entrevistas, ficou evidenciado que, durante suas trajetórias de vida, os sujeitos entrevistados estiveram diante do adiamento de sua formação educacional por necessidade de trabalhar para sustento próprio e de familiares. Por este motivo, suas perspectivas de formação intelectual estavam ligadas à empregabilidade e melhoria profissional. Chamou atenção que o foco da maioria dos educandos-trabalhadores eram as provas de concursos públicos, justificados pela segurança econômica e profissional e pelo curto prazo de alcance quando comparados ao tempo demandado por um curso de graduação. Por outro lado, o trabalho atuou como fator de evasão, já que alguns dos entrevistados relataram ter que abdicar às aulas por inflexibilidade nos horários de expediente.

Compreendemos também o CPNV como espaço de dissenso, à medida que as falas sinalizaram um movimento dialético, *práxis*, de reconhecimento da subalternização e busca por superação dessa condição a partir dos espaços formativos e de socialização. As entrevistas também desvelaram outro fato que favorece essa conclusão: o de as atividades terem sido suspensas por motivações discriminatórias. As falas apontam para a intolerância religiosa como fator principal da baixa procura por vagas no projeto, o que acreditamos ser expressão das disputas ideológicas que vêm ocorrendo no campo sócio-político.

O bairro é composto, majoritariamente, por cristãos protestantes ligados, em alguma medida, ao movimento neopetencostal que tem se expandido no Brasil ao longo das últimas décadas e se alinham aos interesses hegemônicos. O cursinho, como já citado, foi organizado por integrantes de um terreiro de candomblé, religião fundamentada na resistência dos povos escravizados quanto a sua cultura e religião e, portanto, também uma manifestação de dissenso. A intolerância voltada aos representantes de religiões afro-brasileiras ocorre continuamente ao longo da história do Brasil e tem se intensificado à medida que discursos de intolerância vêm sendo propalados pela figura do chefe executivo Jair Bolsonaro (sem partido) e se institucionalizam pela presença expressiva de políticos com agendas neopetencostais tanto em cargos ligados ao governo, quanto nas casas parlamentares.

Isso demonstra a força dos discursos ideológicos nos comportamentos sociais em um momento de hegemonia real (GRAMSCI, 1999). Partindo das metamorfoses sociais ocorridas a partir do golpe de 2016, notamos que o bloco hegemônico encontrou ressonância de seus interesses na classe média. Com a ampliação do número de brasileiros na classe “C”, ocasionada pela geração de emprego e políticas distributivas, camadas populares passaram a não só consumir mais, mas a ocupar espaços como universidades e aeroportos. Essa nova configuração fez com que setores médios se sentissem ameaçados pelo avanço das camadas populares, expondo traços herdados do passado escravagista.

Esse cenário pode ser explicado pelo caráter conciliatório que prescreveu as ações da era *lulo-petista*. Ora, ainda que tenham garantido avanços socioeconômicos às camadas populares com a eleição de um operário à presidência,

a construção de uma verdadeira hegemonia, na verdade, nunca se fundamenta em escolas e ações compensatórias, mas além da “direção” política, tudo faz para que os trabalhadores venham a desenvolver suas mais avançadas capacidades intelectuais, a adquirir o controle sobre os patrimônios materiais, científicos, históricos e culturais (SEMERARO, 2015, p. 114).

Para reafirmação de seu poder e garantia de seus interesses, tem sido notável o avanço da dimensão coercitiva do bloco hegemônico desde a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, com sua agenda profascista. Suas medidas políticas e seus discursos vêm demonstrando o pouco apreço pelos valores democráticos. Têm sido reverberadas narrativas de desmoralização dos serviços públicos, do papel do Estado e do exercício político (crítico) da cidadania, mas, ainda mais grave, a efetivação de políticas públicas que exoneram da população o acesso a seus direitos essenciais, como uma formação educacional integral e um trabalho digno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, N. C. **“Um belo loteamento para os pobres”**: a construção do bairro Nova Viçosa e o imaginário da periferia, 1969- 1988. *Monografia* (Graduação em História) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa -MG, 2007.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **A Desertificação Neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- _____. **Uma Esquerda Fora do Lugar**: o governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.
- _____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **Continente do Labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- _____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo. 2020
- ANDRADE, C. L. & SPOSITO, M. P. **O Aluno do Curso Superior Noturno**: Um Estudo de Caso. *Cadernos de Pesquisas*. São Paulo, 57, 3-19, 1986.
- ARRUDA, A.L.B. **POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO**. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.3, n.2, pp.501-510, Setembro de 2010 a Março de 2011
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, pp. 725- 751, Out. 2005.
- BIANCARELLI, A. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (58), 263-288, 2014.
- BIONDI, Aloysio. **Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Geração Editora, 2000.
- CARLEIAL, L.M. F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo de Dilma Rousseff. **Estud. av.** vol.29. São Paulo. Set/Dez, 2015.
- CHARLES, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 1996.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

COELHO, D. D. **DA FAZENDA AO BAIRRO: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA VIÇOSA**. *Monografia* (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2013.

COSTA, F. L. O. O Estado neoliberal e a promulgação da educação enquanto mercadoria. **Revista Eletrônica de Educação**. São Paulo: UFSCar, v. 6, n. 2, pp. 413-426, nov. 2012.

CUNHA, L. A. O Ensino Superior no octênio FHC, **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, pp. 37, 61, abril 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAORO, R. “Existe um pensamento político brasileiro?”. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**. n. 1, São Paulo, SP: USP, 1987.

FÁVERO, M.L.A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1991.

FÁVERO, O; HORTA, J. S. B; FRIGOTTO, G. Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas. **Cad. Pesquisa.**, São Paulo, n.83, p. 5-14, nov. 1992.

FERRETI, C. J.; SILVA, M.R. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.38, nº139, p. 385-404, abr.-jun., 2017.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1975.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr-jun. 2012.

GIROTTO, E.D. A classe trabalhadora vai a Universidade: análises das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do Departamento de Geografia – USP. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Geografia (Anpege)**. p. 209 – 235. V.13, n.20, jan./abr. 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**: O *Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HESÍODO, **Os trabalhos e os dias.** Edição, tradução, introdução e notas: Alessandro Rolim Moura. Curitiba, PR: Segesta, 2012.

KAUARK, F.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da pesquisa:** um guia prático. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.

KONDER, L. **A questão da ideologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEHER, R. **Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** Revista Outubro, v.1, n.3, p. 19-30, 1999.

_____. **Reforma Universitária do governo Lula:** retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. 6 fev., 2004. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/Reforma_universit_governo_LULA.htm>

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LIMA, K.R.S. Governo Lula – “neoliberalismo requeitado e requintado.” Elementos políticos da reforma da educação superior brasileira. In: **Revista Universidade e Sociedade.** n. 32, p. 59-68. Brasília: ANDES, março, 2004.

MARI, C.L., **As relações entre Estado e sociedade civil na realidade brasileira, dos anos 70 aos 90: uma análise gramsciana.** *Dissertação* (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 1998.

_____. **Sociedade do conhecimento e educação superior na década de 1990: Banco Mundial e a produção do desejo irrealizável de Midas.** *Tese* (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2006.

_____. Experiências coletivas populares: práticas sociais nascidas nas periferias. **Revista Querubim,** v. 06, p. 85-91, 2010.

_____. O senso comum e a educação em Antonio Gramsci: dimensões singulares da práxis. In: COELHO; E.P; SANTOS, G.M.A; MARI, C.L (Org.). **Educação e formação humana: múltiplos olhares sobre a práxis educativa.** 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2012.

MENDONÇA, A.W.P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** nº 14, Mai/Jun/Jul/ Ago, 2000.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa,** n.117, p.197-217, novembro/2002.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007

ORSO, P.J (org.); SAVIANI, D; JÚNIOR, J.R.S.; NOSELLA. P. **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PAULA, K. A. O processo de verticalização na zona central da cidade de Viçosa-MG: uma análise a partir da expansão da Universidade Federal de Viçosa e do seu impacto na estruturação do espaço urbano. **GeoTextos**, v. 15, n. 1, julho, 2019.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. 1. Ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1966.

RAMOS, L. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991- 2001: Texto de Discussão. IPEA, Rio de Janeiro, nov. 2000a.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. Boletim Mercado de Trabalho- Conjuntura e Análise, IPEA/MTE, Brasília, 2000b.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 Ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do espaço construído**: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. *Dissertação* (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1997.

SADER, E (org.). **Gramsci: poder, política e partido**, 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SALOMÓN,L. O papel da sociedade civil na construção da democracia . In: **Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas**.Brasília:UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

SANTOS, A.M.C. **Sociabilidade e ajuda mútua na periferia urbana de Viçosa, Minas Gerais**.*Dissertação* (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa- MG, 1991.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**.Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Gramsci e os novosembates da filosofia da práxis**. Aparecida, São Paulo: Ideias&Letras, 2006.

SIGAHI, T. F. A.C; SALTORATO, P. A emergência da universidade operacional: redes, liquidez e capitalismo acadêmico.**Educ. Soc.** Vol 39 n. 144, Campinas, Jul./Set. 2018.

SGUISSARDI, V. Fundações Privadas na Universidade Pública – a quem interessam? **Avaliação**, Campinas, v.7, n.4, p. 43-72, dez. 2002.

SILVA, C. O.; **Programa Reuni: ampliação do acesso ao ensino superior?** *Dissertação*. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014.

SILVA, M.L., **Expansão da Cidade de Viçosa (MG): a Dinâmica Centro- periferia.** *Dissertação* (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória- ES, 2014.

SILVA, M.A., **Segregação espaço-escola: as reverberações de um contexto restritivo ao processo de escolarização de alunos do bairro Nova Viçosa (Viçosa-MG).** *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2015.

SIMÕES, C. **A lei do Arrocho – Trabalho, Previdência e Sindicatos no Regime Militar.** Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1986.

SHU, K.; SILVA, A.; WANG, S.; JANG, J.; LIU, H. **Fake news detection on social media: a data mining perspective.** Arxiv, 2017.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

THIENGO, L. C. **As tendências internacionais e a universidade brasileira na primeira década dos anos 2000: ensino superior e produção de consenso.** *Dissertação* (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2013.

THOMPSON., J.B. **Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

UNESCO. **Situación Educativa de America Latina y Caribe: hacia la educación de calidad para todos AL 2015.** Oficina Regional de Educación para America Latina e El Caribe (OREALC/ UNESCO) Santiago, 2015.

Documentos

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira.** Brasília, 2003.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reforma da Educação Superior: Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior.** Brasília, 2004a.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior.** Brasília, 2004b.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anteprojeto de Lei da Reforma da Educação Superior. (2 versão),** Brasília, mai., 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de primeiro ano.** Brasília, out., 2009.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Agenda de desenvolvimento social para o século XXI.** Washington D.C., 2003.

_____. **Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciaria.** Washington D.C., 2003.

_____. **World Development Report 2005: a better investment climate for everyone.** Washington D.C., 2004.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA QUE SERÁ REALIZADA COM COORDENAÇÃO DO CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA

1. Nome e relação com o Cursinho Popular Nova Viçosa
2. Quem propôs e como se desenvolveu o projeto?
3. O Cursinho possui parcerias ou financiadores? Como se estabelece o contato?
4. Qual projeto pedagógico adota?
5. Há espaços de formação para educadores e coordenadores?
6. Qual perfil dos estudantes?
7. Observa mudanças em educadores e educandos?
8. Há contato com outros cursinhos ou movimentos sociais?
9. Qual sua relação com o bairro Nova Viçosa?
10. O que acha que falta no Cursinho?
11. Quais as perspectivas futuras?

ROTEIRO DE ENTREVISTA QUE SERÁ REALIZADA COM EDUCANDOS DO CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA

1. Nome e idade
2. Quando concluiu o Ensino Médio?
3. Você trabalha? Quantas horas diárias?
4. Como se organiza para trabalhar e estudar?
5. O que o motivou a voltar a estudar?
6. Você pretende estudar na UFV ou outra instituição? Qual curso? O que motivou sua escolha?
7. O que entende por cursinho *popular*?
8. Teve alguma outra experiência com educação popular?
9. As aulas contemplam suas expectativas?
10. Você percebe alguma mudança em você (para além dos conteúdos)?
11. O que falta no cursinho?
12. Como é sua relação com o bairro de Nova Viçosa?
13. Como enxerga a UFV na cidade de Viçosa?

ROTEIRO DE ENTREVISTA QUE SERÁ REALIZADA COM EDUCADORES DO CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA

1. Nome e disciplina que leciona
2. Como foi a aproximação e ingresso no Cursinho Popular Nova Viçosa?
3. O que entende por cursinho *popular*?
4. Já teve contato com educação popular antes?
5. Há espaços de formação para educadores?
6. Qual suas práticas metodológicas?
7. Percebeu mudanças em você durante a experiência ? E nos educandos?

8. Qual sua relação com o bairro de Nova Viçosa?
9. Há espaços de socialização com a comunidade?

ROTEIRO DE ENTREVISTA QUE SERÁ REALIZADA COM AGENTES POLÍTICOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL QUE APOIAM O CURSINHO POPULAR NOVA VIÇOSA

1. Nome e cargo público que ocupa
2. O que motivou a apoiar a iniciativa?
3. Como foi estabelecido o contato com a coordenação do Cursinho?
4. Qual visão tem do Cursinho e que contribuição/importância acredita ter?
5. Há outros projetos da mesma natureza sendo apoiados?
6. Há perspectivas futuras em relação ao Cursinho?
7. Qual a relação com o bairro Nova Viçosa?
8. Como observa a relação do poder público com a periferia?
9. Como observa a relação com a UFV?